



FUNDO BRASILEIRO

PARA A BIODIVERSIDADE

BRAZILIAN BIODIVERSITY FUND

RELATÓRIO ANUAL 2014

MISSÃO

Aportar recursos
estratégicos para
a conservação da
biodiversidade



SUMÁRIO

PERSPECTIVAS → O FUNBIO → CARTA DO PRESIDENTE → GOVERNANÇA → QUEM SOMOS →

P. 11 → membros da equipe em 2014

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS →

P. 13 → Áreas Protegidas da Amazônia – Arpa

P. 15 → Compromisso pela Amazônia –
Arpa para a Vida

P. 17 → Mecanismo para a Conservação da
Biodiversidade do Estado do Rio de Janeiro –
FMA/RJ

P. 19 → Tropical Forest Conservation Act – TFCA

P. 20 → Projeto Áreas Marinhas Protegidas – GEF Mar

P. 21 → Atlantic Forest Conservation Fund – AFCoF

P. 22 → Conservação e Manejo de Polinizadores
para uma Agricultura Sustentável por
meio de uma Abordagem Ecosistêmica –
Polinizadores do Brasil

P. 24 → Projeto Nacional de Ações Integradas Público-
Privadas para Biodiversidade – Probio II

P. 25 → Carteira de Conservação da Fauna e dos
Recursos Pesqueiros Brasileiros –
Carteira Fauna Brasil

P. 26 → Fundo Kayapó

P. 28 → Adoção de Parques

P. 29 → Conservação e Uso Sustentável da
Biodiversidade para a Melhoria da Nutrição e
Bem-Estar Humano – GEF Nutrição

P. 30 → Políticas e monitoramento do Bioma Cerrado

P. 31 → Consolidação das Unidades de Conservação
na Região da Terra do Meio

P. 32 → Projeto GIZ Anavilhanas

DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS →

P. 34 → Ambiente financeiro das Unidades de
Conservação: desafios e oportunidades

P. 35 → Ambiente financeiro e estratégia financeira
para o Sistema Nacional de Áreas Protegidas
de Guiné-Bissau

P. 36 → Fundo Cidades Sustentáveis – FCS

P. 37 → Quanto custam a consolidação e a
manutenção das Unidades de Conservação
do Acre?

P. 38 → Bioclima Paraná

P. 39 → Economia verde na Região Amazônica

P. 40 → Programa Juruti Sustentável

MUDANÇAS CLIMÁTICAS →

P. 42 → Fundo Paiter Surui

P. 43 → Programa de investimentos em florestas
dos Fundos de Investimentos em Clima – FIP

GESTÃO DE REDES →

P. 45 → Conservation Finance Alliance – CFA

P. 46 → Projeto de Capacitação da RedLAC
para Fundos Ambientais

TRANSPARÊNCIA →

P. 48 → Auditoria interna

P. 48 → Auditoria externa

REDE FUNBIO →

ROSA LEMOS DE SÁ
Secretária-Geral do Funbio



Há mudanças que sentimos com o coração apertado, como os extremos climáticos decorrentes do impacto provocado pelo homem. Há outras que, ao contrário, nos motivam e enchem de orgulho: iniciadas hoje, garantirão no futuro a conservação da biodiversidade, chave para o bem-estar e o desenvolvimento sustentável. São elas que nos movem e, para que aconteçam, é fundamental um esforço de visão, planejamento, trabalho, persistência e dedicação. No Funbio, iniciamos em 2015 ações de aprimoramento institucional para tornar ainda mais eficiente nossa missão de aportar recursos estratégicos para a conservação da biodiversidade. Elas têm como ponto de partida uma reflexão estratégica realizada em 2014, com a colaboração de *stakeholders*, que nos permitirá planejar e traçar cenários e prioridades para o próximo decênio.

Nesta nova etapa, iniciamos 2015 com uma grande oportunidade: a execução do Áreas Marinhas Protegidas (GEF Mar), maior projeto de proteção do bioma já feito no Brasil. Financiado pelo Global Environment Facility (GEF) por intermédio do Banco Mundial e com duração de cinco anos, apoiará a criação de 120 mil km² de novas áreas protegidas na chamada zona econômica exclusiva do Brasil, uma vastidão rica em biodiversidade e recursos naturais. Com isso, o percentual passará de 1,5% para 5%, o que evidencia a importância e a necessidade das ações. Nos moldes do Programa Arpa, será realizado com parceiros que incluem o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes

de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e o Ministério de Minas e Energia (MME).

Além do mar, o Funbio prioriza ainda a agenda de recomposição de floresta nativa, tema importantíssimo para os biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, que sofreram intensa pressão antrópica, mas possuem riquezas incontestáveis.

A partir de 2015, seremos também a primeira agência nacional do GEF na América Latina. Devemos essa acreditação não só ao empenho durante o processo, mas também a todos os projetos bem-sucedidos gerenciados ao longo de 18 anos de operação. Fazer essa diferença para a conservação, apoiando 207 projetos e 282 áreas protegidas no Brasil, nos capacita para essa nova missão. Desde a sua criação, o Funbio demonstra inequívoca vocação para a interlocução não apenas com o governo e instituições nacionais como também com grandes doadores internacionais.

Os resultados apresentados em 2014 mostram que é possível intensificar a conservação da biodiversidade, mobilizando forças e recursos de diferentes *stakeholders* para alcançar objetivos comuns. A bagagem acumulada em quase 20 anos de atividades e a *expertise* do nosso conselho nos guiam no objetivo de manter o Funbio uma referência na viabilização de recursos e soluções para a conservação do nosso maior patrimônio nacional: a biodiversidade.



VISÃO

Ser a referência
na viabilização
de recursos
estratégicos e
soluções para a
conservação da
biodiversidade



O FUNBIO

O Funbio faz a interface entre programas e projetos e fontes de recursos, identificando novas oportunidades para maximizar resultados de conservação da biodiversidade. Também operacionaliza esses recursos às iniciativas em campo, por meio de editais e repasses para outras instituições e da aquisição e logística de bens e contratação de serviços.

O Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio é uma associação civil sem fins lucrativos que iniciou sua operação em 1996. É um mecanismo financeiro privado inovador, criado para desenvolver estratégias que contribuam para a implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) no Brasil. Atua como parceiro estratégico dos setores público, privado e da sociedade civil organizada, em parcerias que consolidam políticas de conservação, viabilizam programas de financiamento ambiental e também investimentos socioambientais de empresas, redução e mitigação de seus impactos, bem como o cumprimento de suas obrigações legais.

Em 18 anos de atuação foram **US\$ 526 milhões** administrados*

* Este valor é a soma de todos os contratos assinados pelo Funbio, convertendo os valores em dólares com a taxa da data do último dia do mês de assinatura. Contratos assinados em dólares tiveram seus valores mantidos.

“Estou extremamente feliz de dar as boas-vindas ao Funbio nessa parceria com o GEF. O Funbio é uma das principais instituições de conservação da América Latina, e fico muito contente por, a partir de agora, o GEF contar com as forças e o histórico da organização. O Funbio é um parceiro de longa data do GEF no Brasil, e aguardo com prazer o início de um trabalho conjunto ainda mais próximo.”

NAOKO ISHII, CEO, GEF

Em 2014, o Funbio ultrapassou a cifra de meio bilhão de dólares administrados ao longo de 18 anos. Nessa trajetória, apoiou 207 projetos e 282 áreas protegidas no Brasil.¹ Também em 2014, após três anos de rigorosa avaliação e investimentos em fortalecimento institucional, o Funbio foi credenciado como a primeira agência nacional implementadora do Global Environment Facility (GEF) na América Latina, unindo-se assim a um seleto grupo de agências do GEF no mundo, que inclui, entre outras, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

207 projetos apoiados de 158 instituições diferentes

¹ Números do livro *Funbio + Áreas Protegidas*, publicado em outubro de 2014.



O FUNBIO

O Funbio opera por meio de equipes que desenvolvem ações coordenadas e transversais aos projetos que a instituição gerencia.

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Operacionaliza o aporte de recursos às iniciativas em campo, por meio de editais e repasses para outras instituições. Realiza aquisição e logística de bens e contratação de serviços (*procurement*) para a implementação de projetos e consolidação de Unidades de Conservação.

ATIVIDADES

- Operação de programas e fundos
- Financiamento de projetos por meio de chamadas
- Gestão financeira de projetos
- Compras e logística
- Sistemas para planejamento e gestão de projetos
- Criação de fundos com finalidade socioambiental

GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Atua na construção e na consolidação de mecanismos inovadores que propiciem incremento de recursos para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Desenvolve estudos de viabilidade e análise de territórios para a conservação de modo financeiramente sustentável.

ATIVIDADES

- Mapeamento e análise de agendas, demandas e atores para subsidiar intervenções territoriais
- Análise do ambiente financeiro para projetos
- Maximização do acesso a recursos existentes e desenvolvimento de novas fontes
- Desenvolvimento de mecanismos financeiros
- Estudos para a articulação de políticas, programas e projetos

Foto: Du Zuppani





O FUNBIO

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Promove ações voltadas para a manutenção de florestas essenciais para a redução dos efeitos das mudanças climáticas e de seus impactos na biodiversidade.

ATIVIDADES

- Desenvolvimento de iniciativas e de mecanismos de repartição de benefícios para projetos de REDD+
- Discussão de políticas públicas para mudanças climáticas
- Capacitação e assistência técnica para iniciativas de REDD+

GESTÃO DE REDES

Promove a construção coletiva do conhecimento, o intercâmbio de experiências e a capacitação de outros fundos e redes ambientais, contribuindo para o desenvolvimento de soluções inovadoras e para a difusão de melhores práticas no financiamento da conservação.

ATIVIDADES

- Secretaria executiva de redes internacionais
- Capacitação para fundos ambientais – América Latina, Caribe e África
- Sistematização de informações e bases de dados
- Organização de debates e estudos
- Publicações sobre melhores práticas em finanças da conservação

→ ONDE TRABALHAMOS



Adoção de Parques



ACoF I e II



Fundo Kayapó



Fundo Paiter Surui



Fundo Mata Atlântica/RJ



Programa ARPA



Terra do Meio



TFCA



Amazônia



Caatinga



Cerrado



Mata Atlântica



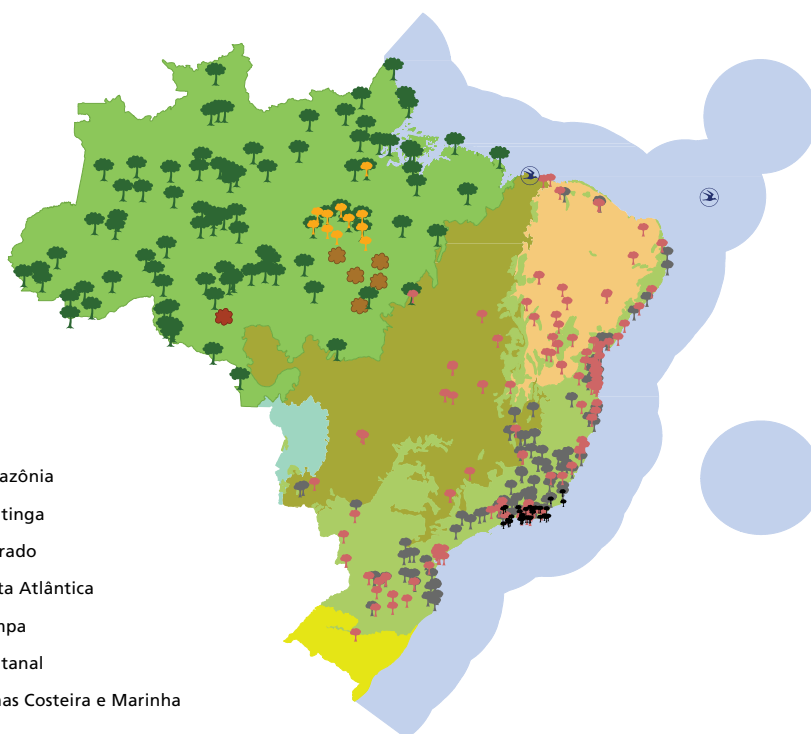
Pampa



Pantanal



Zonas Costeira e Marinha



ALVARO DE SOUZA

Presidente do Conselho Deliberativo do Funbio



Se os céuticos, esclarecidos ou não, tinham alguma dúvida quanto à seriedade e à velocidade com que as mudanças climáticas afetam e afetarão as vidas de bilhões de pessoas, 2014 pôs fim às incertezas: foi o ano mais quente desde o início dos registros da temperatura média global, no final do século 19.

Foi também o ano em que a questão hídrica adquiriu contornos dramáticos no Brasil, alertando e mobilizando diferentes setores em torno da urgência de planejamento e mitigação do impacto causado pelas atividades humanas e por um modelo de desenvolvimento não sustentável.

Apesar das transformações positivas observadas nas últimas décadas, é evidente a vastidão do terreno, dos desafios e das oportunidades no campo da conservação da biodiversidade, centro das atividades do Funbio. A permanente busca de soluções e a experiência acumulada em quase 20 anos de atividades nos dão credenciais para estar à frente desse trabalho, em parceria com agências internacionais, terceiro setor, governos e setor empresarial.

Em outubro, após três anos de minuciosa avaliação, o Funbio foi credenciado como primeira agência implementadora nacional do Global Environment Facility (GEF) na América Latina. Do grupo

fazem parte, entre outros, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. O GEF já destinou US\$ 13,8 bilhões à conservação da biodiversidade. Como agência GEF a partir de 2015, estaremos ainda mais próximos da instituição que, em 1995, fez uma doação de US\$ 20 milhões ao Ministério do Meio Ambiente, a partir da qual foi criado o Funbio.

Em 2014, foi instalado o Comitê do Fundo de Transição (CFT) do programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa), que tem o Funbio como secretaria executiva. O CFT é responsável pela política de investimento dos US\$ 215 milhões que serão destinados ao programa nos próximos 25 anos. O Funbio apoiou o esforço de captação para o fundo, que resultou na doação de US\$ 5 milhões da empresa Anglo American.

Também em 2014 criamos o Comitê de Nomeação e Governança, para apoiar o Conselho Deliberativo na atualização do modelo de governança institucional, além de atuar especificamente na prospecção e na escolha de nomes para a sua composição.

Em novembro, o Funbio lançou no Congresso Mundial de Parques o livro *Funbio + Áreas Protegidas*, que fala

sobre a extensa experiência da instituição no apoio a áreas protegidas. Já apoiamos diretamente 282 UCs, que representam 39% da superfície protegida no Brasil, além de seis terras indígenas. A experiência do Fundo Mata Atlântica (FMA), criado em 2009, despertou grande interesse de outros países, já que representa um mecanismo original de acesso a recursos provenientes de compensações ambientais.

Nesse tempo todo, temos sido capazes de responder adequadamente a esses desafios e aproveitar essas oportunidades para, responsavelmente, executar nossa missão e razão de existência.

No entanto, ao olhar para o cenário que se apresenta à nossa frente, claro está que teremos que ampliar dramaticamente nossa capacidade de operação e promover uma capacitação mais ampla de nossas equipes. Não será apenas continuando a fazer o que já fazemos bem que obteremos resultados compatíveis com o cenário que vemos no nosso futuro.

Para isso, o Funbio se engajou numa profunda reflexão estratégica nos últimos meses de 2014 e, no ano que se inicia, adotaremos um posicionamento que esteja à altura desses desafios e oportunidades.

O Conselho Deliberativo (CD) reúne 16 membros dos setores acadêmico, ambiental, empresarial e governamental e é responsável pela definição da estratégia e pela direção geral do Funbio. Reúne-se três vezes ao ano e avalia rumos estratégicos e gestão institucional. O Conselho Consultivo (CC) é integrado por 34 ex-conselheiros e lideranças convidadas e atua no aconselhamento técnico. Reúne-se uma vez ao ano e pode integrar comissões técnicas.

A terceira reunião do CD, em dezembro, teve como convidado o secretário executivo do Ministério do Meio Ambiente (MMA), Francisco Gaetani. A ocasião também marcou a despedida do conselheiro Roberto Waack, que deixa uma inestimável contribuição em seus oito anos de mandato. Sua cadeira será ocupada por Didier Tisserand, presidente da L'Oréal no Brasil.

A reunião do CC, realizada em agosto, teve como tema o financiamento de UCs no Brasil e sua relação com diferentes agendas. O representante da Vale, Alberto Ninio, e os conselheiros Paulo Moutinho, do Instituto de Pesquisas Amazônicas (IPAM), e Adriana Ramos, do Instituto Socioambiental (ISA), apresentaram, respectivamente, perspectivas em relação às agendas empresarial, de mudanças climáticas e políticas.

A equipe do Funbio apresentou uma prévia dos resultados compilados para o livro *Funbio + Áreas Protegidas*. Na ocasião foi feita uma homenagem ao conselheiro Ibsen de Gusmão Câmara, falecido no mês de julho, por sua contribuição para o cumprimento da missão institucional.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO EM 2014

PRESIDENTE

Alvaro de Souza – AdS

SETOR ACADÊMICO

Danielle Moreira – PUC-Rio

Niro Higuchi – INPA

Ricardo Machado – UnB

Sérgio Besserman – PUC-Rio

SETOR AMBIENTAL

Adriana Ramos – ISA

Miguel Milano –

Instituto LIFE

Paulo Moutinho – Ipam

Pedro Leitão – consultor

VICE-PRESIDENTE

Bruno Mariani – Symbiosis

SETOR EMPRESARIAL

Alvaro de Souza – AdS

Bruno Mariani – Symbiosis

Gabriel Azevedo – Odebrecht

Roberto Waack – Amata

SETOR GOVERNAMENTAL

Marcelo de Paula – MPOG-SEAIN

Roberto Cavalcanti – MMA-SBF

Roberto Vizentin – ICMBio

(posição a ser preenchida por indicação do MCTI)

COMISSÃO DE FINANÇAS

E AUDITORIA

Alvaro de Souza, Bruno Mariani, Gabriel Azevedo e José Alentejano (consultor).

COMISSÃO DE GESTÃO DE ATIVOS

Alvaro de Souza, Bruno Mariani, Fábio Spínola (Apex), Francisco José Aguiar de Cunto (consultor), Gabriel Amado de Moura (Itaú), José Alentejano, Marcelo Tomaszewski (JPL) e Artur Wichmann (Verde Asset).

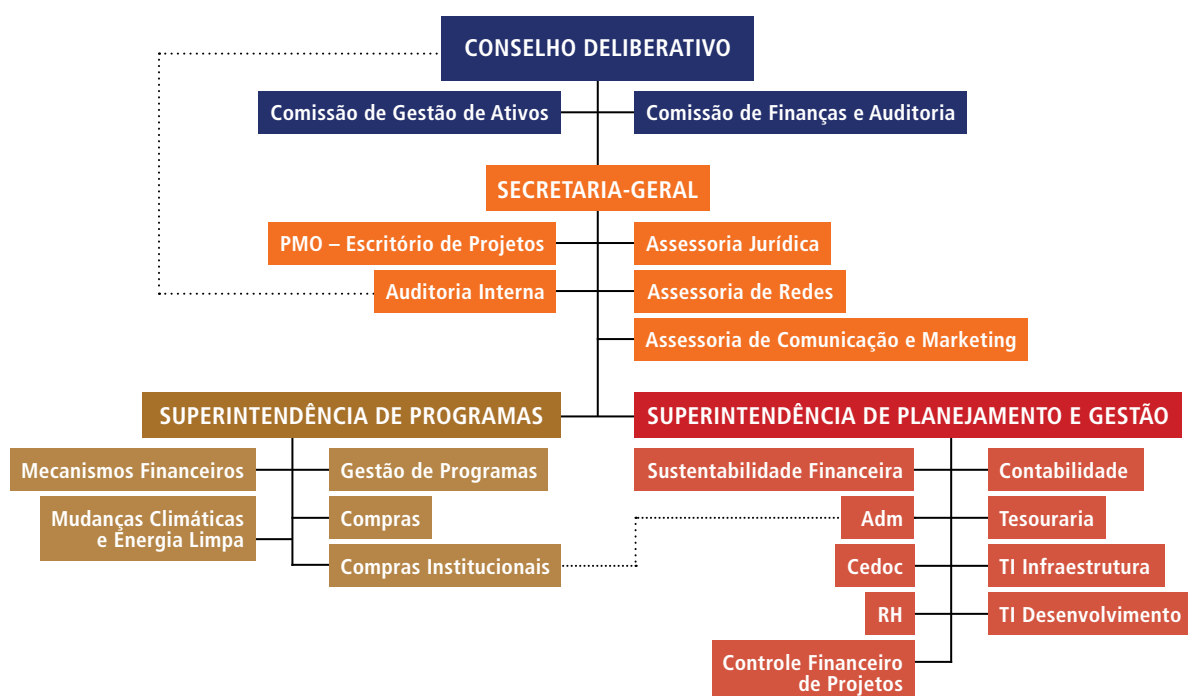
CONSELHO CONSULTIVO DO FUNBIO

Angelo Machado
Aspásia Camargo
Beatrice Padovani Ferreira
Benjamin Gilbert
Carmen Lúcia D.B.R. Wongtschowski
Claudio Pádua
Fábio Scarano
Francisco José Aguiar de Cunto
Guilherme Frering
Guilherme Leal
Gustavo Fonseca
Haroldo de Matos Lemos
Ibsen de Gusmão Câmara
(falecido em julho de 2014)

Jean Marc von der Weid
José Adalberto Veríssimo
José Augusto Alentejano
Juscelino Martins
Lidio Coradin
Luiz Felipe Andrade
Luiz Paulo Pinto
Marcelo Tomaszewski
Marcos A. V. Freitas
Maria Cecília Wey de Brito
Maria das Dores V. Cavalcante Melo
Maria José Guazzelli
Maria Mercedes von Lachmann
Muriel Saragoussi

Nurit Bensusan
Oscar Graça Couto
Ricardo Soavinski
Roberto Konder Bornhausen
Roberto Luiz Leme Klabin
Roberto Paulo Cezar de Andrade
Ronaldo Weigand
Ruy Barbosa da Rocha

→ ORGANOGRAMA FUNBIO





QUEM SOMOS

MEMBROS DA EQUIPE EM 2014

SECRETARIA EXECUTIVA

Rosa Lemos de Sá (secretária-geral) e
Ana Flávia Pavoni (assistente)

ESCRITÓRIO DE PROJETOS (PMO)

Mônica Ferreira

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO E MARKETING

Helio Hara, Flávio Rodrigues e
Renata Zambianchi.

ASSESSORIA JURÍDICA

Flávia Neviani, Mateus Almeida e
Paulo Miranda

AUDITORIA INTERNA

Alexandra de Macedo

SUPERINTENDÊNCIA DE PROGRAMAS

Rosa Lemos de Sá

GESTÃO DE PROGRAMAS

Fábio Leite, Alexandre Ferrazoli,
Clarissa Pimenta, Daniela Leite, Danielle
Calandino, Erika Polverari, Fernanda
Marques, Filipe Mosqueira, Flávia
Gomes, Laura Petroni, Ilana Parga Nina,
Maria Rita Olyntho, Mary Teixeira,
Natalia Paz, Nathalia Dreyer, Rejane
Freitas e Vanina Antunes

GESTÃO DE REDES

Camila Monteiro, Igor de Almeida,
Karine Barcelos e Rômulo Collopy

UNIDADE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ângelo Augusto dos Santos

UNIDADE DE MECANISMOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

Manoel Serrão, Andreia de Mello, Anna
Beatriz Gomes, Leonardo Geluda, Julia
Queiroz e Nícia Coutinho

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Aylton Coelho Neto

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

Marina Machado

FINANÇAS

Ana Maria Ramos, Ana Paula Lopes,
Daniele Soares, Fábio Abreu, Felipe
Camello, Flavia Fontes de Souza,
Josicleide Bezerra, Luiza Duarte,
Marilene Viero, Priscila de Brito,
Priscila Laranjeira, Roberta Martins,
Vitor da Silva Vieira, Mayara Bernardes
e Sérgio Dumay

RECURSOS HUMANOS

Heloisa Helena e Barbara Santana.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO (CEDOC)

Jacqueline Ricarte e Danúbia Cunha

COMPRAS

Alessandro Jonady, Ana Lúcia dos
Santos, Eliane da Silva, Fernanda
Jacintho, José Mauro de Oliveira, Juliana
Penna, Livia Berçot, Maria Bernadette
Lameira e Vinícius Chavão

ADMINISTRAÇÃO

Flávia Mol, Alyne Pires Cunha Silva,
Claudio Silvino, Luciana Bresciani e
Márcio Maciel

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Alessandro Denes, Gilles Villeneuve,
Igor Coutinho e Vinícius Barbosa

ESTAGIÁRIOS

Ana Lídia Macedo, Bruna Muniz, Felipe
Serra, Jaqueline Santos, Luis Fernando
Farah, Mateus de Souza, Natália Santos,
Thais Medeiros e Yully Vogas

COMITÊ DE ÉTICA

Andreia de Mello, Heloisa Helena,
Jacqueline Ricarte e Paulo Miranda

Em 2014, o Funbio contou com uma
equipe de 56 mulheres e 29 homens,
entre funcionários, estagiários e
prestadores de serviço.



GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Du Zuppani



ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA – ARPA



GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Acervo Programa Arpa

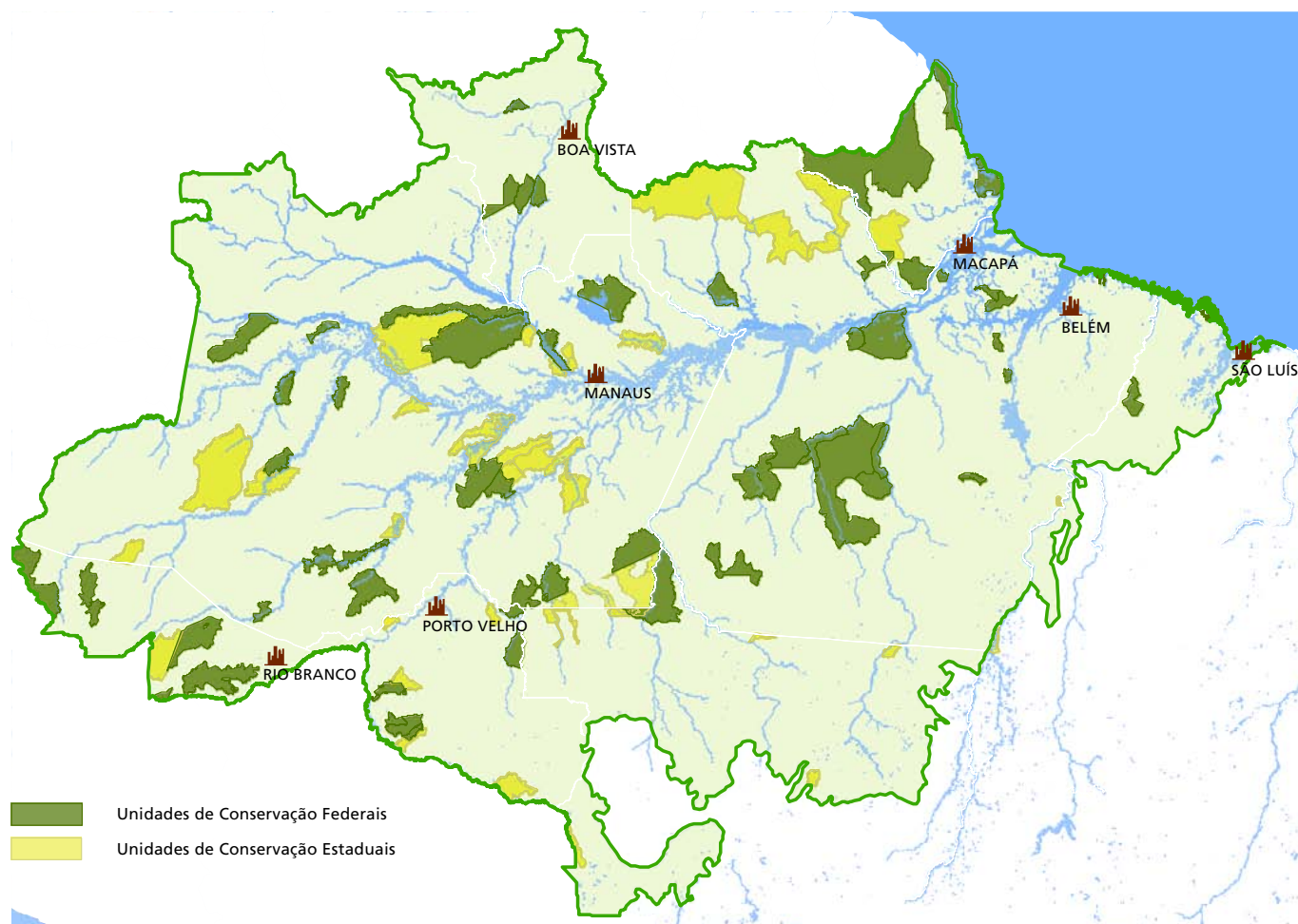


O programa Arpa é a maior iniciativa de proteção de florestas tropicais do mundo. Tem como meta a conservação e o uso sustentável de 60 milhões de hectares – 15% da região amazônica – em Unidades de Conservação (UCs). O Funbio é o gestor financeiro do programa, realizando as atividades de aquisição e contratação para as UCs e fazendo a gestão de ativos do fundo que garante a sustentabilidade do programa em longo prazo, o Fundo de Transição.

Até 2014, o Arpa contava com 95 UCs apoiadas, totalizando 52 milhões de hectares. A meta é a conservação e o uso sustentável de 60 milhões de hectares – 15% da região.

Este fundo incorpora os recursos do Fundo de Áreas Protegidas (FAP), constituído na primeira fase do programa, e alavanca novos recursos de cooperação internacional e de doações privadas, com a meta de chegar a US\$ 215 milhões. Este recurso deve financiar as UCs apoiadas pelo Arpa em uma transição gradual, até que os recursos governamentais assumam a cobertura total dos custos de manutenção das UCs, a partir de 2039. Hoje em sua segunda fase (2010 a 2015), o Arpa apoia a criação de mais 13,5 milhões de hectares em novas UCs e a consolidação de cerca de 32 milhões de hectares em UCs já estabelecidas.

Até 2014, o Arpa contava com 95 UCs apoiadas, totalizando 52 milhões de hectares, 20 UCs em processo de criação e cerca de R\$ 181 milhões no Fundo de Transição. Em 2014, foi elaborado o Planejamento Operativo Anual do biênio 2014/2015 e realizaram-se as seguintes atividades: elaboração de planos de



→ UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO PROGRAMA ARPA

manejo; reuniões de conselhos gestores de UCs; atividades de consolidação territorial; elaboração e implementação de planos de proteção; e compra de equipamentos básicos para a gestão das UCs.

Em 2014, foram executados cerca de R\$ 13 milhões, em apoio a ações como consultas públicas, pesquisa e monitoramento, instalações e compras de equipamentos e planos de manejo.

Também começou a implementação do Plano de Capacitação do Programa e foi discutida a estrutura de educação continuada à distância, que será implementa-

da em 2015. O comitê do programa se reuniu para apresentação dos avanços e para discutir os próximos passos na implementação.

Dentro do Funbio foi realizada uma oficina de aprimoramento das práticas operacionais, com o objetivo de identificar os pontos críticos da operação Arpa e elaborar propostas de aperfeiçoamento. Cerca de 20 colaboradores internos levantaram problemas e apresentaram possíveis soluções, num trabalho que integrou onze diferentes setores: programas, compras, financeiro, jurídico, contabilidade, comunicação, recursos

humanos, tecnologia da informação, sustentabilidade financeira, gestão de projetos e tesouraria, fortalecendo a visão do todo.

O programa apoia atualmente a consolidação de 95 Unidades de Conservação e 20 processos de criação de UCs na Amazônia, a partir do fomento à elaboração de planos de manejo, formação de conselhos gestores, consolidação territorial, fornecimento de equipamentos e infraestrutura, além da cobertura de custos recorrentes, como combustível, materiais e pequenas contratações locais.

PARCEIROS



COMPROMISSO PELA AMAZÔNIA – ARPA PARA A VIDA

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Publius Vergilius



O projeto Arpa para a Vida teve como objetivo criar e implementar uma nova estratégia de financiamento para o programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa). O modelo combinou recursos já depositados no Fundo de Áreas Protegidas (FAP) com investimentos privados e doações de agências bi e multilaterais, dando origem ao Fundo de Transição (FT).

Este fundo privado proverá recursos de modo decrescente, à medida que o aporte de recursos governamentais é gradativamente elevado, até cobertura integral dos custos do Arpa, ao longo de 25 anos.

Lançada durante a Rio+20, a iniciativa Arpa for Life reuniu o WWF, o Funbio, o Linden Trust for Conservation, a Fundação Gordon e Betty Moore, o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), com o apoio dos demais parceiros do Arpa. Foram estabelecidas metas de captação, com base na estimativa de custos calculada a partir de dados do programa,

sistematizados pelo Funbio desde a criação do Arpa, em 2003, e dados de execução do ICMBio. Para atingir essas metas, o Funbio desenvolveu uma estratégia de captação de recursos de empresas privadas em 2014, que resultou numa primeira doação já no final do mesmo ano, no valor de US\$ 5 milhões, feita pela empresa Anglo American.

Em 2014, foi estabelecido o Comitê do Fundo de Transição (CFT), que é responsável pelo monitoramento financeiro e administrativo das atividades do fundo. Em julho, Antonio Paulo de Azevedo Sodré (WWF-Brasil) foi eleito presidente do comitê, composto por membros

doadores do Arpa (GEF, KfW, WWF-US, WWF-Brasil e Fundação Gordon e Betty Moore). No mesmo período, o Funbio assumiu a secretaria executiva do fundo, que ganhou novo arranjo institucional e financeiro (fluxos, processos e governança), a ser adotado a partir de 2015.

Também foi aprovado o primeiro desembolso dessa etapa do programa, no valor de R\$ 8,9 milhões, para sete unidades mais avançadas em sua consolidação. São elas: Parque Estadual do Cantão (TO), Reserva Biológica do Jaru (RO), Reserva Extrativista do Rio Xingu (PA), Parque Nacional do Jurueña (MT/AM), Reserva Extrativista Arapixi, Reserva Extrativista Rio Jutai e Mosaico

do Apuí (AM). Em 2014, a partir de novembro, foram executados cerca de R\$ 80 mil em apoio a ações como estudos, manutenção e reposição de equipamentos.

O CFT, com o apoio do Funbio como Gestor Financeiro do FT, fez ainda uma revisão no Módulo 2 do Manual Operacional do Programa Arpa (MOP), referente ao Regimento Interno. Foram elaborados um cronograma de reuniões para 2015 e a política de investimento, que será o guia para o gestor de ativos – PRAGMA. A orientação da estratégia de investimento considerou o prazo de 25 anos da meta do programa.

Em Brasília, uma oficina foi organizada para identificar gargalos e pontos fortes do Programa Arpa junto aos estados. Foram consideradas as demandas técnicas, gerenciais, políticas e financeiras dos estados, a partir de discussões com todas as secretarias de meio ambiente parceiras do programa, além de WWF, MMA e Funbio. Entre os próximos desafios para 2015 está o alinhamento da operação dos estados diante dos gargalos identificados. Em paralelo, o Funbio deu continuidade ao desenvolvimento de fundos de compensação para os estados do Pará, Rondônia, Amapá e Amazonas, sendo validados os modelos para Rondônia e Pará.



Foto: Bruno de Brito Gueiros Souza | Acervo Programa Arpa

PARCEIROS



MECANISMO PARA A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FMA/RJ

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Du Zuppani



Conhecido como Fundo da Mata Atlântica (FMA/RJ), o mecanismo foi desenhado pelo Funbio para potencializar os investimentos ambientais no estado do Rio de Janeiro e oferecer novas opções de apoio para as áreas protegidas, com mais eficiência e transparência.

Os recursos do FMA são geridos pelo Funbio e direcionados pelo empreendedor à execução de projetos de conservação e uso sustentável no estado do Rio de Janeiro, conforme determinado pela SEA e de acordo com a aprovação de projetos pelas instâncias deliberativas.

Por meio de uma parceria firmada com a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA/RJ), o Funbio administra os recursos do FMA/RJ, provenientes da compensação sobre os impactos ambientais de empreendimentos produtivos, regulamentada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Desde a sua criação, o FMA/RJ já apoiou 48 Unidades de Conservação (UCs) estaduais, municipais e federais no Rio de Janeiro: 13 de Uso Sustentável e 35 de Proteção Integral, totalizando uma área de cerca de 490 mil hectares. O valor total alocado em projetos, no período de março de 2010 a dezembro de 2014, foi de cerca de R\$ 140 milhões, dos quais R\$ 85 milhões já foram executados. Desde o início do projeto foram cerca de R\$ 58 milhões em contratações de serviços para os parques.

Em 2014, mais 27 projetos passaram a fazer parte do FMA/RJ, alguns deles inéditos para o mecanismo, como o projeto de educação ambiental para três parques estaduais (do Desengano, dos Três Picos e da Pedra Selada); o de elaboração de um novo modelo de gestão para as UCs da cidade do Rio de Janeiro; e o de conservação da flora endêmica ameaçada. Além

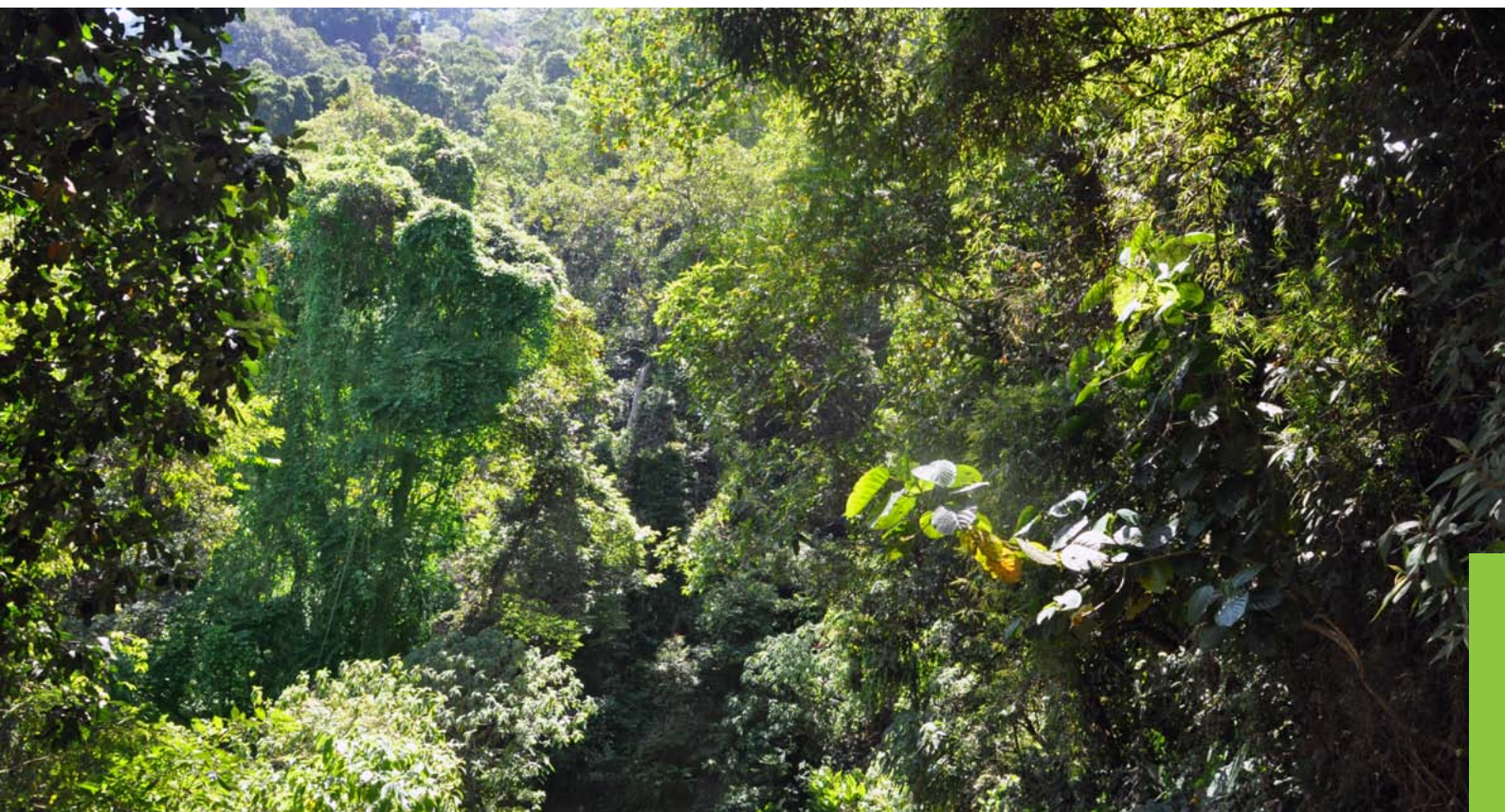


Foto: Renata Zambianchi | Funbio

O mecanismo, resultado de uma bem-sucedida parceria, é uma opção à execução direta pelo empreendedor. A desoneração da empresa da responsabilidade de executar os recursos de compensação acelera e torna mais eficiente o uso dos recursos, o que confere ao mecanismo resultados expressivos.

disso, foi elaborado o Manual Operacional do Cartão Vinculado e o novo Manual Operacional do Instrumento Financeiro de Compensação Ambiental (SEA).

As principais atividades do FMA/RJ são as compras e contratações para as UCs do estado, efetuadas de acordo com os planos de trabalho aprovados pela Câmara de Compensação Ambiental. São realizadas contratações para elaboração de planos de manejo, projetos executivos, obras e educação ambiental, dentre outras atividades. As compras envolvem veículos terrestres e marítimos, equipamentos de informática, mobiliários e outros itens. Além disso, o FMA/RJ também efetua pagamentos para regularização fundiária das áreas protegidas e disponibiliza cartões vinculados, que são recarregados para cobertura de pequenos gastos para a manutenção das UCs.

A partir da experiência com o FMA/RJ, o Funbio está trabalhando com outros estados para desenhar mecanismos similares que permitam o uso efetivo dos recursos disponíveis para as UCs.

PARCEIROS



inea instituto estadual
do ambiente

TROPICAL FOREST CONSERVATION ACT – TFCA

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Natalia Paz | Funbio



O Tropical Forest Conservation Act (TFCA) é resultado de um acordo bilateral entre o Brasil e os Estados Unidos, que visa à troca de dívidas contraídas por países junto ao governo norte-americano por investimentos na conservação e no uso sustentável das florestas.

Em todo o mundo, mais de dez países já firmaram o acordo com os EUA. O Funbio é a secretaria executiva da Conta TFCA, que recebe os recursos e os direciona para projetos em áreas com remanescentes dos biomas Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga, que, juntos, cobrem cerca de 50% do país e abrigam espécies ameaçadas, como o papagaio-de-peito-rosa. O total da troca de dívida foi de US\$ 20,8 milhões.

Este programa apoia simultaneamente 82 projetos, em sete temas localizados em três biomas estratégicos para a conservação da biodiversidade brasileira, que cobrem 50% do Brasil. Devido ao seu grande alcance, o TFCA proporciona que grandes e pequenas instituições se conheçam, se relacionem e possam trocar experiências de imensa relevância para a conservação das florestas tropicais brasileiras.

Em 2014, foi iniciado o apoio a quatro novos projetos classificados na última chamada lançada pelo Programa, aumentando de 78 para 82 o total de projetos apoiados. Além disso, foi aprovada a extensão de 16 dos 82 projetos, cujas atividades estivessem relacionadas diretamente à criação de novas políticas públicas.

Até dezembro, seis projetos tiveram sua execução finalizada. Todos alcançaram as metas propostas e os resultados esperados. Além do acompanhamento, feito por intermédio de relatórios técnicos e financeiros periódicos enviados pelos projetos, foi dada continuidade às atividades de monitoramento *in loco*, que permitem observar junto à equipe responsável pelo projeto como está a sua execução e o seu *status* em relação a cada objetivo específico planejado.

Desde 2011, o TFCA já lançou cinco chamadas de projetos, que resultaram no apoio a 82 projetos. Até o final de 2014, 71 já tiveram resultados monitorados pelo Funbio. As linhas temáticas apoiadas são: Áreas Protegidas, Manejo de Paisagem, Capacitação, Manejo de Espécies, Projetos Comunitários, Fortalecimento de Rede e Capacitação para a Mobilização de Recursos Financeiros.

PARCEIROS



Governo dos
Estados Unidos da América



Ministério do
Meio Ambiente



PROJETO ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS – GEF MAR

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Palê Zuppani



O projeto tem por objetivo apoiar a criação e a implementação de um sistema representativo e efetivo de áreas marinhas e costeiras protegidas (AMCPs) para reduzir a perda de biodiversidade. Trata-se de um plano de ação amplo, em que várias agendas podem ser integradas em prol da conservação marinha e costeira.

Essa é uma iniciativa do Funbio em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente (MMA), ICMBio, Ministério de Minas e Energia (MME/Petrobras), financiado pelo Global Environment Facility (GEF) por intermédio do Banco Mundial. A meta principal é a criação de 120 mil km² de áreas marinhas protegidas. Com isso, o percentual de áreas protegidas no Brasil passará de 1,5% para 5%.

O GEF Mar tem o valor total de cerca de US\$ 116 milhões, contando com um investimento do GEF de US\$ 18,2 milhões, US\$ 20 milhões da Petrobras e contrapartidas da própria empresa em bens e serviços economicamente mensuráveis, que chegam a US\$ 70 milhões adicionais.

O projeto conta ainda com contrapartidas do MMA e ICMBio.

Este projeto é um exemplo do envolvimento do setor privado e do comprometimento governamental na conservação da biodiversidade marinha, sendo considerado pelo Banco Mundial como um modelo para o Global Partnership for Oceans (GPO), uma aliança crescente de mais de 100 governos, organizações internacionais, setor privado e grupos da sociedade civil, incluindo o Funbio, comprometidos com a conservação dos oceanos.

No início de 2014 foi realizada a primeira oficina para avaliação das demandas das

Unidades de Conservação (UCs) e centros de pesquisa, visando a subsidiar a elaboração dos planos operacionais anuais que detalham atividades e recursos necessários para a implementação do projeto.

As negociações referentes aos termos do contrato, condições de desembolso e detalhamento do projeto foram conduzidas pelo Banco Mundial com o envolvimento de todos os parceiros, e ainda em 2014 foram assinados o Acordo de Doação entre o Funbio e o Banco Mundial e os Acordos de Cooperação Técnica entre o Funbio e o MMA e entre o Funbio e o ICMBio, que permitiram que o projeto entrasse em efetividade antes da virada do ano.

PARCEIROS



ATLANTIC FOREST CONSERVATION FUND – AFCoF

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Du Zuppani



O Atlantic Forest Conservation Fund é um projeto administrado pelo Funbio para apoiar o projeto Proteção da Mata Atlântica, que visa a contribuir para a proteção, o manejo sustentável e a recuperação da Mata Atlântica. Os recursos do AFCoF são provenientes do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW Entwicklungsbank).

O projeto Proteção da Mata Atlântica II se insere na Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima (IKI) do Ministério do Meio Ambiente, da Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha (BMU), que prevê, ainda, o apoio técnico da Agência de Implementação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ).

Em 2014 deu-se continuidade à fase de finalização do projeto, com replanejamento e execução de recursos finais, que foram internalizados para aquisições e contratações encaminhadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também foram concluídas as etapas exigidas pela legislação para o processo de criação de novas Unidades de Conservação (UC) com uma área de aproxima-

damente 15 mil km², e estruturada uma unidade para monitoramento e gestão de informações relativas a questões de biodiversidade, com treinamento de profissionais do MMA para seu uso.

O intercâmbio entre os projetos, durante sua realização, favoreceu a disseminação de lições aprendidas. Módulos de treinamento e capacitação virtual foram canalizados através da plataforma de aprendizagem em Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) apoiada pelo projeto. Dentro dos resultados, desde o início do AFCoF, em 2010, um total de 14 projetos piloto de PSA foram selecionados e contratados nas áreas de fixação de carbono, conservação quantitativa e qualitativa da água, bem como de proteção da biodiversidade.

PARCEIROS



Por meio do



Ministério do
Meio Ambiente



CONSERVAÇÃO E MANEJO DE POLINIZADORES PARA UMA AGRICULTURA SUSTENTÁVEL POR MEIO DE UMA ABORDAGEM ECOSSISTÊMICA – POLINIZADORES DO BRASIL



GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Fernando Dias



O projeto Polinizadores do Brasil, parte de uma iniciativa desenvolvida em sete países pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) com apoio do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e financiamento do Global Environment Facility (GEF), é o mais completo trabalho já feito no Brasil sobre polinização e seu impacto sobre a produção de alimentos.

O projeto é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e tem o Funbio na gestão financeira. Entre os resultados estão planos de manejo para sete culturas (algodão, caju, canola, castanha-do-brasil, maçã, melão e tomate) e uma base de conhecimento integrada sobre os serviços de polinização.

Desenvolvida em sete países (Brasil, África do Sul, Gana, Índia, Quênia, Nepal e Paquistão), no Brasil recebeu o nome de Polinizadores do Brasil e tem o Minis-

terio do Meio Ambiente (MMA) a cargo da coordenação técnica e o Funbio na gestão financeira. O projeto, planejado para terminar em 2014, foi prorrogado e será encerrado em 2015.

Uma parceria com a iniciativa Sem Abe-lhas, Sem Alimentos foi firmada, para a divulgação de todo o material e também para a realização de uma campanha de conscientização de agricultores e da população em geral sobre a relação entre polinização e alimentos e os riscos

do desaparecimento dos polinizadores (www.semabelhasemalimento.com.br).

A terceira e última *Letter of Agreement* (LoA) foi assinada em maio de 2014 e, desde então, foram desenvolvidas diferentes atividades de campo. O projeto apoiou ainda a realização de dois simpósios sobre o tema Polinização e Polinizadores, no Congresso Brasileiro de Entomologia, em Goiás, e no Congresso Brasileiro de Apicultura e Meliponicultura, no Pará.

Mais de 3/4 das espécies de plantas utilizadas pelo homem na produção de alimentos dependem da polinização para uma produção de qualidade e em quantidade.

Em novembro, foi realizada em Roma a sexta e última reunião do Comitê Internacional do projeto, em que foram apresentados os resultados alcançados e as lições aprendidas por todos os países membros da iniciativa.

Na fase final do projeto, esforços estão sendo concentrados na conclusão de atividades de capacitação, conscientização e divulgação dos resultados. Foi estabelecida uma parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) e a PUC-RS para realização de um curso piloto de capacitação para

agricultores e técnicos rurais no manejo sustentável de polinizadores.

Desde seu início, em 2010, o projeto consolidou uma forte base de conhecimento técnico e científico refletida em inúmeras publicações, dissertações e teses. Foram estudados polinizadores de sete culturas (algodão, caju, canola, castanha-do-brasil, maçã, melão e tomate) e realizados encontros com agricultores para disseminação das boas práticas. Planos de manejo, material educativo e vídeos estarão disponíveis em 2015 para *download*.



Foto: Viviane Cardoso Pires

PARCEIROS



Ministério do
Meio Ambiente



PROJETO NACIONAL DE AÇÕES INTEGRADAS PÚBLICO-PRIVADAS PARA BIODIVERSIDADE – PROBIO II

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Publius Vergilius



A iniciativa tem como objetivo mobilizar setores produtivos a adotarem em seus negócios princípios e práticas de conservação e uso sustentável da biodiversidade. O Funbio promove ações de engajamento do setor privado, visando a impulsionar a transformação dos modelos de produção, consumo e ocupação do território nacional.

O projeto tem recursos do Global Environment Facility (GEF), por intermédio do Banco Mundial, que dedicou um total de US\$ 22 milhões para os parceiros da iniciativa.

O projeto chegou ao fim em 2014 com ações em quase cinco milhões de hectares (equivalentes à soma das superfícies da Holanda e da Jamaica), distribuídos pelos biomas Amazônia, Mata Atlântica e Pampa. Iniciado em 2008, o Probio II estabeleceu parcerias com o setor privado para incorporar práticas e estratégias favoráveis à biodiversidade em seis territórios: no sul da Bahia, em Juruti (PA), Mato Grosso do Sul, Pampa gaúcho, Vale do Ribeira (SP) e na Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns (PA).

A estratégia foi manter o foco em territórios com mais de 100 mil hectares com múltiplas atividades econômicas, como agricultura, pecuária, aquicultura, silvicultura, extrativismo, manejo florestal e da fauna, localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade. Para assegurar a sustentabilidade das ações em médio e longo prazo, foram trabalhadas diferentes agendas, entre elas fortalecimento de cadeias produtivas, estímulo à silvicultura

de espécies nativas, produção de alimentos orgânicos, novos arranjos financeiros que incorporam o componente ambiental, biodiversidade e saúde.

Mesmo com o término, o Funbio continua, pelos próximos três anos, a apoiar sete subprojetos que tiveram seus desembolsos para as instituições realizarem trabalhos em cadeias produtivas nos seis territórios. Além dessa implementação, ainda serão realizadas ações de monitoramento para avaliar os resultados alcançados. Para dar suporte a esse trabalho, o Probio II conta com o Fundo de Oportunidades, mecanismo criado para agregar a conservação da biodiversidade às iniciativas do setor privado e que conta com contrapartida da ordem de R\$ 47 milhões já assegurados.

Em 2014, o projeto também disponibilizou numa página na internet toda sua base de conhecimento formatada ao longo do projeto. São planos de negócios e outras publicações relacionadas aos territórios, que podem ser acessados na página:

WWW.FUNBIO.ORG.BR/O-QUE%20FAZEMOS/PROJETOS/PROBIOII

PARCEIROS



Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério da
Saúde

Ministério do
Meio Ambiente



CARTEIRA DE CONSERVAÇÃO DA FAUNA E DOS RECURSOS PESQUEIROS BRASILEIROS – CARTEIRA FAUNA BRASIL



GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Renato Falzoni | Ararinha Azul



A Carteira de Conservação da Fauna e dos Recursos Pesqueiros Brasileiros (Carteira Fauna Brasil) é um mecanismo financeiro que recebe recursos provenientes de sanções penais, multas administrativas ambientais, doações, patrocínios e outras fontes.

Fruto de uma parceria com o Ibama, o ICMBio e o Ministério Público Federal, tem por objetivo financiar programas e projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção.

Desde seu início, em 2007, a Carteira já apoiou a execução de 11 projetos de conservação da fauna brasileira ameaçada de extinção, como peixes recifais, tartarugas marinhas, mamíferos marinhos (dentre os quais toninha, baleia jubarte e peixe-boi), felinos de médio e grande porte da região norte de Rondônia, papagaio-de-cara-roxa e ararinha-azul.

Após financiar o transporte de ararinhas-azuis da Espanha e da Alemanha para o Brasil, em 2014 o projeto de conser-

vação da espécie, chamado de Ararinha na Natureza – em parceria com o ICMBio e a SAVE Brasil, e com recursos da Vale – recebeu uma grande notícia: o nascimento de dois filhotes em cativeiro. Há 14 anos não nasciam ararinhas-azuis no Brasil e, graças ao projeto, o desenvolvimento desses filhotes está sendo acompanhado de perto por especialistas.

O Projeto de Monitoramento de Sirênios na Bacia Potiguar, fruto de um contrato assinado com a Petrobras e o Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA/ICMBio) para cumprimento de condicionantes de

licença ambiental, realizou em 2014 a segunda e última etapa do censo aéreo, com o intuito de dar continuidade à pesquisa para determinar a distribuição, estimar a população e realizar monitoramento de peixes-bois marinhos na costa potiguar. A metodologia de levantamento aéreo, associada ao monitoramento remoto por telemetria satelital, permitiu que em 2014 o projeto alcançasse resultados importantes na identificação das áreas de ocorrência e *habitats* do peixe-boi marinho, essencial para aumentar o conhecimento sobre essa espécie, tão ameaçada, na região.



PARCEIROS



Ministério do
Meio Ambiente



FUNDO KAYAPÓ

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Ilana Nina | Funbio



Fundo patrimonial criado para apoiar organizações Kayapó em longo prazo e aumentar a capacidade das Terras Indígenas Kayapó, localizadas nos estados do Pará e Mato Grosso, de manterem sua integridade física. Este é o primeiro fundo desse tipo apoiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio do Fundo Amazônia, em parceria com a Conservação Internacional (CI).

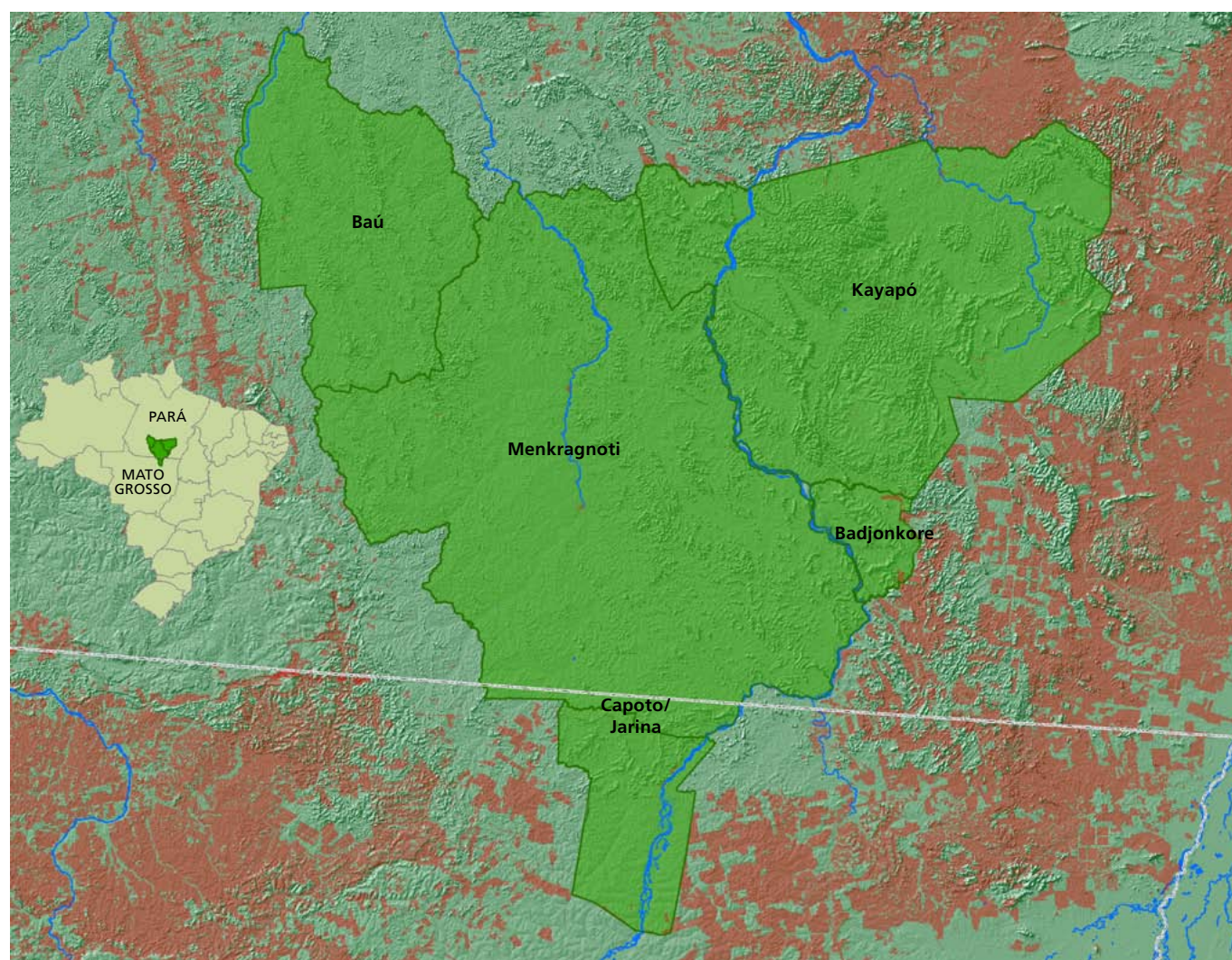
Em 2014, dois projetos foram apoiados no edital 01/2014 das instituições indígenas Associação Floresta Protegida (AFP) e Instituto Raoni, no valor total de R\$ 440 mil. O Fortalecimento Institucional Rumo à Autonomia, da AFP, objetiva fortalecer a autonomia econômica e política das comunidades representadas, por meio do apoio às cadeias produtivas e do aumento da participação dos Kayapó no planejamento e na execução das atividades da associação.

O projeto Apoio às Ações de Conservação e Desenvolvimento Sustentável das Terras Indígenas Capoto/Jarina e Menkragnoti, apresentado pelo Instituto Raoni, também visa ao fortalecimento institucional, apoiando o desenvolvimento de atividades produtivas de subsistência e geração de renda, a conscientização para destinação correta dos resíduos sólidos e o resgate de aspectos culturais através da cadeia produtiva do artesanato.

O Funbio é o gestor do Fundo Kayapó, que conta com R\$ 15,5 milhões e pretende apoiar projetos formulados por organizações indígenas que atuam em uma área de 10,6 milhões de hectares, habitada por cerca de sete mil indígenas desta etnia.

O segundo ciclo de investimentos definiu um montante de R\$1,8 milhão para apoio a novos projetos nas Terras Indígenas Kayapó a partir de 2015. Foram apresentados três projetos das instituições Instituto Raoni, Instituto Kabu e Associação Floresta Protegida, aprovados pela Comissão Técnica, que no momento aguardam a anuência da FUNAI. Após a anuência, eles serão submetidos à aprovação da Comissão de Doadores. O início dos projetos deverá acontecer no primeiro semestre de 2015.

→ TERRAS INDÍGENAS KAYAPÓ



PARCEIROS



ADOÇÃO DE PARQUES

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Maria Bernadette Lameira | Funbio



Esta modalidade de apoio, criada em 2011, busca investimentos voluntários privados para estruturar e promover a manutenção de Unidades de Conservação (UCs).

O Funbio administra as doações e presta serviços de compras e contratações especializadas, controle financeiro e relatoria. Em contrapartida ao aporte de recursos, as empresas têm seu patrocínio reconhecido e ganham visibilidade em ações de comunicação.

Em 2014 deu-se continuidade à execução dos recursos aportados pelas empresas OGX e Eneva, ex-MPX, para os Parques Nacionais de Fernando de Noronha (PE) e dos Lençóis Maranhenses (MA), respectivamente.

Desde o início do projeto, em 2011, foram executadas obras de infraestrutura nesses parques. Em Lençóis Maranhenses, as principais foram: construção da

Ponte do Riacho do Cedro, que permite acesso à Lagoa Azul (um dos principais pontos turísticos do parque); construção de garagem náutica/terrestre; reforma do Posto Avançado de Atins, que inclui alojamento e subsede administrativa do parque; reforma e manutenção de todos os veículos, que incluem *flexboat*, Toyota Bandeirantes, quadriciclos e caminhonetes. Essas reformas e manutenções foram fundamentais para

que as atividades de fiscalização pudessem acontecer.

Em Fernando de Noronha, foram realizadas reforma e ampliação da sede administrativa, elaboração de projeto para reforma e ampliação do alojamento de pesquisadores, compra de bens e manutenção de veículos e infraestruturas já existentes no parque.

PARQUE	ÁREA (MIL HECTARES)	RECURSOS APORTADOS
PARQUE NACIONAL MARINHO DE FERNANDO DE NORONHA	10,9	R\$ 4,3 MILHÕES – OGX
PARQUE NACIONAL DOS LENÇÓIS MARANHENSES	155	R\$ 3,5 MILHÕES – ENEVA

PARCEIROS



CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE PARA A MELHORIA DA NUTRIÇÃO E BEM-ESTAR HUMANO – GEF NUTRIÇÃO

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Filipe Mosqueira | Funbio



O projeto atua na promoção de espécies nativas com alto valor nutricional, mas desconhecidas ou pouco utilizadas, por questões culturais, na dieta cotidiana brasileira.

Além de promover o conhecimento científico sobre essas espécies, o projeto dá destaque à disseminação de informação a políticas públicas para compra de alimentos, preço mínimo e introdução de produtos da biodiversidade brasileira na merenda escolar e em programas de alimentação do governo.

Este projeto, em parceria com a Bioversity International e com financiamento do Global Environment Facility (GEF) por meio da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), teve início na segunda metade do ano de 2012. Cabe ao Funbio a administração dos recursos do projeto no Brasil.

Em 2014 foi desenvolvida uma capacitação para os bolsistas contratados pelo projeto para operação da ferramenta da FAO de dados sobre a biodiversidade.

Dois importantes eventos foram realizados pelo MMA por meio da associação dos projetos GEF Nutrição e GEF Cerrado. O primeiro promoveu a divulgação e a degustação de receitas desenvolvidas exclusivamente com espécies do cerrado; o segundo promoveu a integração de povos do cerrado.

Foram contratados consultores para desenvolver junto ao MMA materiais de divulgação do projeto e informações sobre as parcerias nacionais. Iniciou-se o processo de contratação e repasse financeiro para instituições de ensino e pesquisa responsáveis pela pesquisa relativa ao valor nutricional de espécies nativas selecionadas pelo projeto, como pequi, bacuri, araçá, umbu e gabioba, entre outras.

Em setembro, ocorreu a missão de supervisão dos doadores em Brasília, que envolveu a reunião do Comitê Nacional

do projeto, seguida de visita técnica às atividades desenvolvidas em parceria com a Universidade Federal de Goiás. No fim de 2014 foi realizada no Sri Lanka a reunião do Comitê Internacional do projeto, em que foram debatidos os resultados alcançados pelos quatro países participantes até o momento: Brasil, Quênia, Turquia e Sri Lanka.

Pequi, bacuri, araçá, umbu e gabioba estão entre os frutos estudados pelo projeto, que busca introduzir espécies nativas na merenda escolar e em programas de alimentação do governo.

PARCEIROS



Ministério do
Meio Ambiente



POLÍTICAS E MONITORAMENTO DO BIOMA CERRADO

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Renata Zambianchi | Funbio



A Iniciativa Cerrado Sustentável visa a contribuir para a valorização do cerrado por meio de atividades de conservação, recuperação e manejo sustentável. O Funbio é o gestor financeiro do subprojeto Políticas e Monitoramento do Bioma Cerrado, um dos quatro componentes dessa iniciativa, que é coordenado pelo MMA e conta com o investimento em doação de US\$ 4 milhões por parte do Global Environment Facility (GEF), por intermédio do Banco Mundial e com a contrapartida governamental de US\$ 8 milhões.

Sua meta é desenvolver uma estrutura de política pública para a conservação do bioma, desenvolver o monitoramento ambiental, ampliar a área protegida do bioma e apoiar iniciativas de uso sustentável.

Desde 2010, cerca de 400 mil hectares de áreas protegidas foram criadas. Além disso, foram desenvolvidos estudos que embasam e ampliação dessas áreas para totalizarem aproximadamente 2,1 milhões de hectares. Também foram criadas cinco políticas públicas, três Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas (CRADs) foram implementados e foi realizado o treinamento de 720 produtores rurais em manejo sustentável.

Em 2014, foram apoiados, entre outros eventos, a IV Feira de Sementes e

Mudas da Chapada dos Veadeiros, em Alto Paraíso de Goiás, e a Mostra de Alimentos com Frutos Nativos do Cerrado, no Rio Grande do Sul e em Goiás; a 13ª reunião ordinária e a 3ª extraordinária do Conselho da Iniciativa Cerrado Sustentável (CONACER), em que houve apresentação e discussão do Projeto de Lei do Cerrado (PL) e o VIII Encontro e Feira dos Povos do Cerrado, que subsidiou as discussões sobre o PL.

Foram ainda contratadas 27 consultorias para mapeamento do uso da terra e da vegetação natural do bioma, levantamento populacional de parentes silvestres de *Manihot* e *Arachis* (gêneros de plantas) em UCs, desenho do banco de dados do cerrado para o portal de biodiversidade, desenvolvimento de ferramentas digitais para mapeamento

de queimadas no cerrado na região do Jalapão, elaboração de vídeos para divulgação da iniciativa, em apoio ao Plano de Ação Nacional (PAN) desenvolvido pelo ICMBio para espécies ameaçadas de extinção. Além disso, estão sendo adquiridos equipamentos de prevenção e combate a incêndios, veículos e sistema de comunicação para as Unidades de Conservação e material de laboratório para os CRADs.

As atividades desenvolvidas desde 2010 vêm permitindo o alcance de todas as metas estabelecidas dentro das cinco frentes principais do subprojeto: criação e implementação de Unidades de Conservação, apoio a iniciativas de uso sustentável, formulação de políticas públicas para o bioma, monitoração ambiental e coordenação da iniciativa.

PARCEIROS



CONSOLIDAÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA REGIÃO DA TERRA DO MEIO



GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Carlos Augusto | Acervo Programa Arpa



O projeto Terra do Meio tem a missão de contribuir para a redução do desmatamento e a conservação da biodiversidade da região amazônica a partir do apoio à consolidação de 11 Unidades de Conservação (UCs) na região denominada Terra do Meio.

Localizada na porção central do sul do Pará, a região sofre com três grandes frentes de pressão antrópica: a rodovia Altamira-Itaituba (uma seção da Transamazônica) ao norte, a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163) a oeste e a mais exposta fronteira agrícola do bioma amazônico, ao sudeste. O mosaico é parte de um vasto território de áreas protegidas contíguas, que abrange 28 milhões de hectares e faz da região o segundo maior corredor de biodiversidade do Brasil.

Foram viabilizados em 2014: a sinalização da Reserva Extrativista Rio Xingu; três ações de fiscalização; aquisição de equipamentos para atividades de proteção; manutenção de embarcações e de veículos terrestres; compra de equipamentos e estruturação de base de apoio para a brigada de combate a incêndios florestais; e aquisição de equipamentos para desenvolver atividades de arranjos produtivos.

Além disso, foram organizadas duas reuniões para mobilização de conselhos gestores de UCs; 15 reuniões comunitárias; uma reunião de planejamento participativo, uma oficina cabocla, duas reuniões para construção dos termos de compromisso; seminários e oficinas para definição dos protocolos de monitoramento da sustentabilidade do uso dos recursos naturais; curso de coleta de dados de monitoramento local nas comunidades e ações para fortalecimento de cadeias produtivas na Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu (produção de madeira) e na Estação Ecológica Terra do Meio (produção de farinha).

Em função da não prorrogação do projeto, alguns processos de aquisição e contratação foram transferidos para o Programa Arpa, que também tem o Funbio como gestor financeiro e apresenta objetivos bastante similares aos do Terra do Meio, já que sete das onze UCs são apoiadas pelo programa. O projeto Terra do Meio está em fase de prestação de contas das atividades de finalização.

PARCEIROS



União Europeia



Ministério do
Meio Ambiente



PROJETO GIZ ANAVILHANAS

GESTÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

Foto: Daniela Leite | Funbio



Financiado pela Agência de Implementação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), o projeto tem como foco a construção de uma sede flutuante para o Parque Nacional de Anavilhanas, no Rio Negro, no Amazonas, que será administrada pelo ICMBio.

Assinada em dezembro de 2012, a meta principal dessa iniciativa é construir um flutuante inovador, com estruturas diferenciadas e utilização de energias alternativas, como a solar. O objetivo do flutuante é permitir a realização de atividades de uso público, divulgando as Unidades de Conservação que compõem o Mosaico do Rio Negro.

Uma série de atividades foi desenvolvida pelo Funbio desde o início do projeto, entre elas: contratação de licença prévia para construção, elaboração de projetos executivos, processo de contratação da empresa para desenvolver o projeto final do flutuante e tomadas de preços dos serviços necessários para construção e montagem.

O flutuante foi finalizado em 2014 e estão em andamento os trâmites para doação do equipamento para o estado do Amazonas, que deverá ser o responsável por sua manutenção e funcionamento.

PARCEIROS





DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Palê Zuppani



↑ SUMÁRIO

AMBIENTE FINANCEIRO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E
GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Renata Zambianchi | Funbio



O estudo, em parceria com o Instituto Semeia, tem o objetivo de fazer uma radiografia do ambiente de financiamento das UCs federais.

Na publicação foram estimados os custos de investimento e manutenção do conjunto de UCs federais, suas fontes de recursos atuais, a alocação atual dos recursos, a lacuna de financiamento existente, as possibilidades de captação de recursos adicionais e algumas proposições em relação às formas de gestão. De uma forma geral, foram abordados os desafios e oportunidades de financiamento do SNUC.

Em 2014, foi realizada uma vasta pesquisa bibliográfica sobre o financiamento das UCs e suas potencialidades, além de um esforço de projeção das fontes de recursos que podem incrementar o financiamento da conservação. O resultado do projeto foi a elaboração de um artigo que será publicado em 2015.

O projeto permite uma radiografia do ambiente financeiro das UCs federais, contribuindo para que os tomadores de decisão vislumbrem oportunidade de incremento do financiamento.

PARCEIROS



AMBIENTE FINANCEIRO E ESTRATÉGIA FINANCEIRA PARA O SISTEMA NACIONAL DE ÁREAS PROTEGIDAS DE GUINÉ-BISSAU

DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E
GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Leonardo Geluda | Funbio



Guiné-Bissau conta com 70% de rica cobertura vegetal, com 45% de florestas primárias. O país tem ainda um inexplorado potencial de ecoturismo, que, se desenvolvido pelo governo por meio dos parques e reservas nacionais, pode contribuir para a redução da pobreza.

O estudo, financiado pelo Banco Mundial, tem o objetivo de fazer uma projeção dos custos de consolidação e manutenção do Sistema de Áreas Protegidas de Guiné-Bissau e a proposição de uma estratégia de financiamento público e da Fundação Bioguiné, um mecanismo financeiro recém-criado com o objetivo de apoiar as áreas protegidas do país.

A meta do estudo é montar uma estratégia de financiamento para o Sistema de Áreas Protegidas de Guiné-Bissau, mediante as seguintes ações: estabelecer os custos em longo prazo de investimento e manutenção das áreas protegidas; calcular a lacuna financeira atual; e definir as fontes de recursos que podem suprir a lacuna e desenhar a estratégia de financiamento. O cálculo da lacuna de financiamento, o mapeamento e a priorização das fontes de recursos e o desenho de uma estratégia financeira em longo prazo foram finalizados em 2014.

O resultado do projeto é a proposta da estratégia financeira consolidada, discriminadas as fontes de recursos prioritárias e a estratégia de ação para alcançar esses recursos para as áreas protegidas de Guiné-Bissau.

O projeto permite que a Fundação Bioguiné e o governo de Guiné-Bissau tenham subsídios para formatar sua estratégia de financiamento das áreas protegidas no país.

PARCEIROS



FUNDO CIDADES SUSTENTÁVEIS – FCS

DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Publius Vergilius



As cidades têm um papel fundamental na mitigação de gases de efeito estufa (GEE) e na adaptação às alterações climáticas e seus impactos. Os investimentos públicos e privados, porém, foram feitos com uma infraestrutura que não incorpora as variáveis sociais, climáticas e ambientais. Mudar esses investimentos depende também da criação de novos mecanismos financeiros que facilitem o acesso a recursos existentes e mobilizem novos recursos para apoiar agendas urbanas em longo prazo.

Nesse contexto, o projeto desenvolve, desde 2013, um levantamento da demanda e dos recursos atuais disponíveis por setor, desenha uma proposta para um mecanismo (financeiro e legal) e mede o interesse de potenciais doadores para que o mecanismo seja experimentado. No primeiro momento, o FCS será incubado pelo Funbio.

Em 2014, foi realizado um diagnóstico dos atores, agendas e ambiente de financiamento da agenda urbana brasileira, para verificar se havia espaço para um mecanismo financeiro privado para as cidades. Também foram mapeadas as tendências dessa

O estudo, financiado pela Latin America Regional Climate Initiative (LARCI), avalia a viabilidade, o desenho e a implantação de um mecanismo para o financiamento da agenda ambiental e climática nos espaços urbanos brasileiros, para a criação do Fundo Cidades Sustentáveis.

agenda e seus temas prioritários. Essas análises foram realizadas com base em pesquisa bibliográfica e, principalmente, entrevistas com atores chave no que tange o tema cidades sustentáveis.

O diagnóstico dos temas prioritários foi validado em um *workshop* realizado no Rio de Janeiro com os atores chave da agenda urbana. Também foi identificada, em parceria com o Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), uma demanda de financiamento dentro da temática de economia inclusiva, com base em negócios sociais e empreendedorismo local nas favelas cariocas. Identificou-se, inclusive, um potencial dessa atividade na implementação do projeto piloto.

Os próximos passos são a análise de viabilidade do fundo, o mapeamento de riscos e a finalização do desenho inicial do mecanismo, incluindo questões legais, financeiras, de governança, de gestão e de administração, além de momentos de validação e ajustes junto aos atores chave. Também será realizado um *road show* para captação de recursos, para dar início ao funcionamento do fundo.

PARCEIROS



QUANTO CUSTAM A CONSOLIDAÇÃO E A MANUTENÇÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO ACRE?

DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E
GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Leonardo Vianna Mohr | Acervo Programa Arpa



O estudo, financiado pelo WWF-Brasil, tem o objetivo de fazer uma projeção dos custos de consolidação e manutenção do Sistema de Unidades de Conservação do Acre e desenvolver uma estratégia de financiamento para as UCs do estado.

Iniciado em abril de 2013, o estudo tem como meta estruturar uma estratégia de financiamento para o Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Acre. Para cumprir esse objetivo, o estudo vai estabelecer os custos de investimento e manutenção das UCs estaduais do Acre, utilizando a modelagem desenvolvida no âmbito do programa Arpa nas UCs do Acre, calcular a lacuna financeira atual e definir as fontes de recursos que podem suprir a lacuna e desenhar a estratégia de financiamento.

Em 2014, foram realizadas todas as etapas acima, e o resultado do projeto foi a proposição de uma estratégia financeira para as UCs estaduais do Acre, discriminando as fontes de recursos prioritárias e a estratégia de ação para o alcance desses recursos. O projeto permite que o estado do Acre tenha subsídios para formatar sua estratégia de financiamento das UCs estaduais.

Conhecer as demandas e oportunidades de financiamento é fundamental para a construção de uma política efetiva e sustentável de financiamento da conservação.

PARCEIROS



BIOCLIMA PARANÁ

DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Alexandre Ferrazoli | Funbio



O objetivo do projeto é apoiar a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA) no desenvolvimento e na implementação de instrumentos econômicos que contribuam para o fortalecimento da capacidade de gestão da instituição na conservação e no uso sustentável dos recursos naturais do estado do Paraná.

Iniciado em 2012, objetiva construir um ambiente de financiamento que proporcione um maior volume de recursos para a política pública ambiental do estado. Para isso, houve um empenho em envolver todos os atores relacionados com o tema, sempre com a supervisão e a validação dos dados pelos representantes da SEMA e do Instituto Estadual do Paraná (IAP).

Reuniões e *workshops* foram realizados para o alinhamento e o direcionamento da demanda, bem como para repasse dos resultados obtidos.

Todo o trabalho desenvolvido e os produtos entregues pelo Funbio foram realizados a partir de entrevistas com representantes da SEMA/IAP e de reuniões com equipes internas e externas (ANA, Emater, Sanepar, Instituto das Águas Paraná, dentre outras). O embasamento foi estruturado na legislação nacional e estadual sobre os temas, bem como nas metodologias de cálculo existentes.

Ao longo de 2014, as metodologias foram afinadas e as formas de implementação dos mecanismos de finan-

ciamento mais bem estruturadas, e o projeto foi finalizado. Ao todo foram entregues seis produtos, dos quais três desmembrados em sete subprodutos, que envolveram: o dimensionamento da demanda financeira das unidades de conservação do Paraná; o mapeamento e a análise de fontes de recursos; a compensação ambiental no estado; o estudo sobre o desenho de mecanismo financeiro privado para o estado; uma proposta de regulamentação do Sistema Estadual de Pagamento por Serviços Ambientais; e a concepção do mecanismo financeiro.

PARCEIROS



ECONOMIA VERDE NA REGIÃO AMAZÔNICA

DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E
GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Publius Vergilius



O projeto tem como objetivo transformar o modelo econômico do município de São Félix do Xingu (PA), para tirá-lo da lista dos municípios com altos índices de desmatamento e degradação florestal. Este projeto é realizado em parceria com a The Nature Conservancy (TNC), com o financiamento do Prosperity Fund da Embaixada Britânica.

Este projeto deu continuidade à iniciativa Preparando o Brasil para o REDD+, finalizada em 2013, que promoveu o fortalecimento dos governos estaduais e municipais para reduzir as emissões de gases de efeito estufa provenientes do uso da terra, com a adoção de melhores práticas de gestão de terras privadas, visando a apoiar o processo de transição para uma economia de baixo carbono nos estados de Mato Grosso e Pará.

O Município de São Félix do Xingu (PA), com 84.213 km², ainda tem em torno de 73% da sua cobertura original de floresta, mas está no topo da lista de municípios que mais desmatam. A economia municipal, baseada principalmente na pecuária extensiva, ficou prejudicada depois que o município foi embargado ambientalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, com parte dos produtores enfrentando restrições a crédito.

Os esforços de transformar o modelo econômico de São Félix do Xingu envolveram o desenho de um mecanismo financeiro para contribuir para a redução do desmatamento e da degradação florestal, o desenho de um arranjo para repartição de benefícios oriundos de projetos de REDD+ e o compartilhamento dessas experiências no âmbito do Programa Municípios Verdes. O Fundo Terra Verde, desenhado de forma participativa com os atores locais, foi oficialmente lançado numa cerimônia em Brasília, em abril de 2014. Nesse mesmo ano, o Funbio apoiou a TNC nos esforços para captação do novo fundo.

PARCEIROS



PROGRAMA JURUTI SUSTENTÁVEL



DESENHO, IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE MECANISMOS FINANCEIROS

Foto: Publius Vergilius



O Fundo Juruti Sustentável (Funjus) é uma experiência inovadora de apoio financeiro à implementação de projetos socioambientais no município de Juruti, no estado do Pará. É um mecanismo financeiro voluntário e privado que compõe um dos pilares do tripé da estratégia de desenvolvimento Juruti Sustentável.

Desenvolvido pelo Funbio em 2009, integra a estratégia de desenvolvimento Juruti Sustentável, que abrange o fórum consultivo denominado Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e os Indicadores de Desenvolvimento, com uma linha de base sistematizada pela Fundação Getúlio Vargas (GV-CES) em uma metodologia de construção conjunta com a comunidade. O objetivo é facilitar o acesso a recursos financeiros e materiais, alavancando outros fundos (públicos e privados) e apoiando projetos que integrem aspectos sociais, econômicos e ambientais voltados para o desenvolvimento sustentável do município de Juruti e seu entorno.

Durante o primeiro período, o Funjus procedeu ao financiamento, ao monitoramento e à finalização de 24 projetos, bem como desenhou e realizou as adaptações necessárias ao modelo proposto, nele incluídas as ferramentas de gestão e a forma de controle. Também foi desenvolvida a configuração de outras opções de financiamentos para o município, como, por exemplo, o Edital de Parceria e Doação Voluntária ao Conjus.

A idealização e o aprimoramento do mecanismo foram coordenados pelo Funbio, que assumiu o papel de secretaria executiva, assessorando e instrumentalizando o conselho deliberativo para as tomadas de decisões referentes às estratégias desenhadas para o desenvolvimento e investimentos prioritários. Além disso, também foi responsável por toda a operacionalização das atividades executivas do fundo, subsidiada por uma fase de transição dos conhecimentos adquiridos e dos procedimentos desenhados.

Em 2014, o modelo para repasse das informações foi o de uma capacitação sobre as ferramentas de gestão, dividida em 13 módulos, que abordam os temas: introdução aos conceitos de fundos; gestão do conselho; gestão da secretaria executiva; gestão de ativos; gestão de doadores; plano de comunicação; gestão de informação e documentos; seleção; contratação; execução; monitoramento e avaliação; planejamento financeiro; e controle contábil. Os módulos foram divididos em cinco encontros, quatro deles em Juruti. O último será em 2015, no Funbio, para apresentar o trabalho de outros parceiros.

PARCEIROS





MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Foto: Du Zuppani



FUNDO PAITER SURUI

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Foto: Palê Zuppani

O Fundo Paiter Surui é um mecanismo criado para financiar o Plano de Gestão da Terra Indígena Sete de Setembro, localizada entre os estados de Rondônia e Mato Grosso. O fundo segue princípios de boa governança e transparência, em que os conselhos representativos indígenas participam das decisões.



O projeto contribui para a consolidação e o alcance das propostas e metas da Política Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e do Plano de Ação para a Prevenção e Controle ao Desmatamento na Amazônia (PPCDAM). Na escala regional, o projeto se alia aos objetivos do Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento do Estado de Rondônia.

Os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono e os recursos de outras fontes integram o Fundo Paiter Surui, que tem o Funbio como responsável pelo seu desenho e por sua gestão financeira.

Os índios Surui lutam pela conservação de seus recursos naturais e na última década, liderados por Almir Surui, elaboraram um plano estratégico de 50 anos para a conservação, a proteção e a sustentabilidade de suas terras. Para financiar esse plano, desenvolveram um projeto de carbono de REDD+ e um fundo para receber os recursos financeiros obtidos pela venda dos créditos de carbono, além de recursos de outras fontes. O Funbio desenhou e faz a gestão do

fundo que financia projetos propostos pelas associações do povo Surui.

Em 2014, foram vendidos todos os créditos do primeiro período de verificação, sendo 170 mil Verified Carbon Units (VCU) para o programa de compensação voluntária de emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE) da Natura e 75 mil VCU para a The CarbonNeutral Company, visando à neutralização de emissões de GEE associadas à Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014.

Também foram realizados desembolsos de recursos para as associações e duas capacitações. A primeira para a Associação Metareilá, sobre as ferramentas de gerenciamento do fundo, e a segunda

direcionada às associações indígenas, sobre as ferramentas de gestão de projetos comunitários.



PARCEIROS



PROGRAMA DE INVESTIMENTOS EM FLORESTAS DOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS EM CLIMA – FIP

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Foto: Maria Rita Olyntho | Funbio



O Programa de Investimentos em Florestas (FIP) dos Fundos de Investimentos em Clima (CIF) apoia esforços de redução de desmatamento e degradação e promove o manejo florestal sustentável para reduzir emissões e aumentar os estoques de carbono florestal.

O FIP apoia o Plano de Investimento do Brasil, que atua no Bioma Cerrado, por meio de ações articuladas.

Este projeto prepara a proposta brasileira ao Banco Mundial, na busca de aproximadamente US\$ 70 milhões, divididos entre doações e empréstimos. Desde o início, em 2012, foram realizadas reuniões com a participação de diversos ministérios e de representantes da sociedade civil e discutidas as quatro linhas de atuação do FIP no Brasil: o plano Agricultura de Baixo Carbono (ABC); o Cadastro Ambiental Rural (CAR); um sistema de alerta para incêndios; e o inventário florestal do bioma.

Além da realização das oficinas de consulta pública, várias ações foram feitas para levantamento, organização e sistematização de dados e informações junto aos órgãos públicos estaduais e federais e entidades envolvidas, em especial para o planejamento em cada um dos estados abrangidos, incluindo visitas técnicas *in loco*. Deve ser ressaltada a importância do processo participativo para elaboração dos projetos, que proporciona o conhecimento de demandas, oportunidades e dificuldades dos diferentes atores.

PARCEIROS



Ministério do
Meio Ambiente

Ministério da
Fazenda

Ministério da
Agricultura, Pecuária
e Abastecimento

Ministério da
Ciência e Tecnologia





CONSERVATION FINANCE ALLIANCE – CFA

GESTÃO DE REDES

Foto: Palê Zupanni



A CFA é uma rede global que contribui para o intercâmbio de conhecimentos e melhores práticas em finanças da conservação, realizando reuniões, debates, pesquisas e publicações.

Em 2014, a CFA fechou o ano com 590 membros voluntários em 109 países, sendo 150 novos membros cadastrados só no ano em questão, o maior número desde que o Funbio assumiu a secretaria executiva do projeto, em 2008.

Foram lançados quatro estudos sobre finanças da conservação: *Supporting biodiversity conservation ventures: Assessing the Impact Investing sector for an investment strategy to support environmental entrepreneurship* (fevereiro/2014); *Conservation Trust Funds Investment Survey 2014 – CTIS 2013* (setembro/2014); *Sustainable Financing of Protected Areas: Conservation Trust Funds and Projects: Comparative Advantages* (novembro/2014); e *Practice*

Standards for Conservation Trust Funds (dezembro/2014), totalizando 16 estudos produzidos desde o início da rede, em 2002.

Em maio, durante a 5ª Assembleia do GEF, em Cancún, no México, a CFA organizou um *side event* cujo tema foi *Environmental Funds and Conservation Finance*, em que foram apresentadas as versões preliminares dos estudos lançados no segundo semestre de 2014.

Nos meses seguintes, o comitê executivo da CFA e a secretaria concentraram seus esforços na preparação para a 6ª edição do Congresso Mundial de Parques da IUCN, em novembro, em Sidney, na Austrália. A CFA foi convidada para liderar

durante o Congresso as discussões a respeito do tema de finanças da conservação e compor o grupo de especialistas para o World Commission on Protected Areas (WCPA). A rede organizou um estande durante o evento, cuja agenda incluiu debates, painéis, *workshops*, apresentações e lançamentos de publicações.

O Funbio permanece até o fim de junho de 2015 como secretaria executiva da CFA, que se prepara para a transição em direção a uma nova estrutura e modelo de governança. Todos os estudos já apresentados pela rede estão disponíveis no *site*:

WWW.CONSERVATIONFINANCE.ORG
TOOLKIT.CONSERVATIONFINANCE.ORG

PARCEIROS



PROJETO DE CAPACITAÇÃO DA REDLAC PARA FUNDOS AMBIENTAIS

GESTÃO DE REDES

Foto: Renata Zambianchi | Funbio



O projeto, que reúne os fundos da América Latina, Caribe e África, promove a troca de experiências, a sistematização de estudos de casos e melhores práticas, a construção de metodologias em grupos de trabalho e projetos piloto para testar novos mecanismos para a conservação.

O quarto e último ano do projeto foi 2014, com a entrega de duas oficinas de capacitação adicionais. A primeira em Camarões, na África, sobre como os fundos ambientais podem trabalhar com a indústria extrativa, especialmente a mineradora. Esse encontro integrou o programa da IV Assembleia da CAFÉ, a rede africana de fundos. A segunda oficina do ano também foi a última do projeto, em Guayaquil, no Equador, integrada à XVI Assembleia da RedLAC, e teve como foco o método do estudo de caso. Na ocasião, os fundos desenvolveram estudos de caso sobre suas instituições e projetos e fizeram uma viagem de campo ao arquipélago de Galápagos.

Foram também finalizadas as duas experiências de mentoriação entre fundos ambientais, modalidade em que os fundos mais consolidados e experientes apoiam uma determinada demanda de um fundo mais novo. Nessa atividade, o Funbio trabalhou para apoiar a estruturação dos procedimentos financeiros do Biofund, em Moçambique.

O projeto tem como objetivo fortalecer os fundos em sua operação e no uso de mecanismos financeiros inovadores que reduzam a dependência de doações e diversifiquem as fontes de recursos.

Todos os conteúdos produzidos nos quatro anos de projeto foram traduzidos para inglês, espanhol e francês e estão disponíveis nos sites do Funbio e da RedLAC. Como próximo passo, será lançada uma plataforma web para disponibilizar esse material e futuras referências produzidas tanto pelos membros da RedLAC quanto pelos fundos africanos da rede irmã CAFÉ.

O projeto também cofinanciou cinco projetos piloto para testar mecanismos financeiros inovadores, que buscaram conectar os fundos a novas fontes de recursos. Entre os principais resultados está a criação da rede africana de fundos ambientais, a CAFÉ, que hoje trabalha em conjunto com a RedLAC em um novo projeto de fortalecimento para os fundos de ambas as regiões, que começará em 2015 e terminará em 2018.

WWW.REDLAC.ORG

Desde o início do projeto, foram organizadas onze oficinas de capacitação para fundos ambientais, cinco em países africanos e seis na América Latina. Mais de 30 estudos de caso dos fundos ambientais foram sistematizados e a rede promoveu a troca de experiências entre fundos por meio de oportunidades de mentoriação.

PARCEIROS

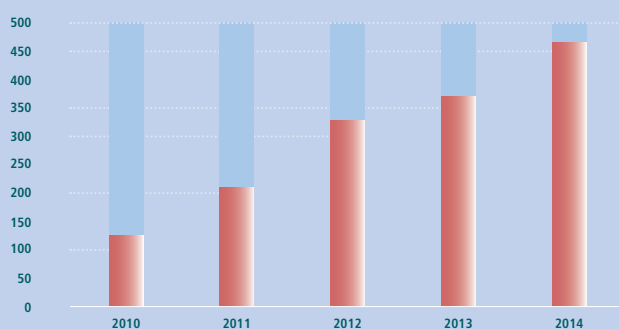


GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION

Para garantir que os recursos recebidos sejam otimizados e investidos nos projetos de conservação, o Funbio realiza um trabalho de gerenciamento financeiro e de compras e contratações, apoiando os parceiros na elaboração de planos operativos anuais, planejando a demanda dos projetos e realizando o aporte de recursos, na forma de bens, contratação de serviços ou desembolso de recursos financeiros. O trabalho é permanentemente monitorado e reportado aos financiadores e doadores, assegurando a transparência no uso dos recursos.

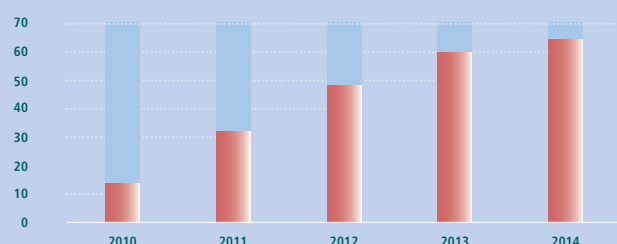
A Comissão de Gestão de Ativos, formada por membros do Conselho Deliberativo e especialistas convidados, responsabiliza-se pela seleção do gestor profissional de ativos, pela política de investimento dos diferentes fundos administrados pelo Funbio e pelo acompanhamento dos resultados. À Comissão de Finanças e Auditoria, formada por membros dos Conselhos Deliberativo e Consultivo, cabe a avaliação da gestão financeira do Funbio, revisão e recomendação para aprovação dos relatórios das demonstrações financeiras.

TOTAL DE ATIVOS SOB GESTÃO (MILHÕES R\$) DE 2010 A 2014



**Total de ativos sob gestão
(dez 2014) R\$ 464 milhões**

TOTAL EXECUTADO (MILHÕES R\$) EM CADA ANO DE 2010 A 2014



**Total executado no ano
(dez 2014) R\$ 55 milhões**

AUDITORIA INTERNA

Desde 2013, o Funbio conta com uma área de auditoria interna que se aprofunda em aspectos de controle, na integridade dos dados contábeis e financeiros e, principalmente, na identificação e no tratamento de possíveis distorções ou disfunções das operações do Funbio. Entre suas atribuições está o apoio ao estabelecimento no cumprimento de melhores práticas gerenciais, para assegurar um adequado ambiente de controle e de segurança das operações. Por ser uma função independente e um instrumento que deriva em todos os níveis da organização, desenvolve uma adequada relação de trabalho entre as áreas, apoiando e promovendo melhorias nos processos, sendo, sobretudo, uma referência para a implantação e o engajamento das melhores práticas de governança organizacional.

Em 2014, a área realizou auditoria nos processos das seguintes áreas: Contabilidade, Tesouraria, Compras, Assessoria Jurídica, Recursos Humanos, Gestão de Programas, Gerenciamento de Projetos e o Centro de Documentação – Cedoc. Foi feito um levantamento com a descrição de todas as atividades, identificação de riscos e mapeamento de controles para a realização de testes. Uma parte dos resultados foi apresentada na última reunião do Conselho Deliberativo, em dezembro, e foram sugeridas algumas ações para melhoria dos processos. O relatório final da auditoria interna será apresentado em 2015, com o resumo de todos os trabalhos realizados e os próximos passos, que incluem uma reavaliação dos eventos de risco identificados. Seguindo a orientação do painel avaliador do GEF, em 2015 será realizada mais uma vez a auditoria vertical nas áreas que concentram os eventos de risco mais relevantes para a instituição.

AUDITORIA EXTERNA

As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2014, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e de notas explicativas, encontram-se no site:

WWW.FUNBIO.ORG.BR/TRANSPARENCIA/AUDITORIA



REDE FUNBIO

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

EMPRESAS

PARCEIROS DO SETOR PÚBLICO

PARCEIROS INTERNACIONAIS

TERCEIRO SETOR

EMPRESAS

- Alcoa
- Anglo American
- BP
- Eneva
- Klabin
- Natura
- OGX
- Petrobras
- Vale
- Votorantim

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

- Agência de Implementação da Cooperação Alemã para o Desenvolvimento – GIZ
- Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID
- Banco Alemão de Desenvolvimento – KfW Entwicklungsbank
- Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

- Banco Mundial
- Fonds Français pour l'Environnement Mondial – FFEM/AFD
- Fundo Amazônia – BNDES
- Global Environment Facility – GEF
- L'Agence Française de Développement – AFD
- Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura – FAO
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA
- Proteção da Natureza e Segurança Nuclear da Alemanha – BMU
- União Europeia
- United Nations Environment Programme – UNEP

PARCEIROS DO SETOR PÚBLICO

- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA
- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio

- Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – Inea
- Ministério de Minas e Energia – MME
- Ministério do Meio Ambiente – MMA
- Ministério Público Federal – MPF
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará – SEMA
- Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Paraná – SEMA
- Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA/RJ
- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia – SEDAM
- Secretaria de Meio Ambiente do Amapá – SEMA
- Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR/RS

PARCEIROS INTERNACIONAIS

- Alcoa Foundation
- Bioversity International
- Climate Works

- Consortium of African Funds for the Environment – CAFÉ
- Credit Suisse
- Environmental Defense Fund – EDF
- Fondation Internationale du Banc d’Arguin – FIBA
- Fondation pour les Aires Protégées et la Biodiversité de Madagascar
- Forest Trends
- Fundação BioGuiné
- Fundação Gordon e Betty Moore
- Fundación Avina
- ICCO Foundation
- IUCN South Africa Country Office
- Latin America Regional Climate Initiative – LARCI
- Linden Trust for Conservation
- Mava Foundation
- Oak Foundation
- RedLAC – Red de Fondos Ambientales de Latinoamérica y el Caribe
- Skoll Foundation
- The CarbonNeutral Company Limited
- The Nature Conservancy – TNC
- Wildlife Conservation Society
- WWF-US

TERCEIRO SETOR BRASILEIRO

- Alternativas para a Pequena Agricultura no Tocantins – APA-TO
- Ambiente Brasil Centro de Estudos
- Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa – ASPTA
- Associação Brotar e Crescer
- Associação Civil Muriqui de Desenvolvimento Sustentável – Associação Pró-Muriqui
- Associação Conservação da Vida Silvestre – WCS/Brasil

- Associação de Desenvolvimento de Produtos da Sociobiodiversidade – FITOVIDA
- Associação de Educação e Assistência Social Nossa Senhora da Assunção – ANSA
- Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos – AQUASIS
- Associação de Preservação do Meio Ambiente e da Vida – APREMAVI
- Associação dos Agricultores Agroflorestais de Barra do Turvo e Adrianópolis – Cooperafloresta
- Associação dos Amigos do Meio Ambiente – AMA
- Associação Flora Brasil
- Associação Floresta Protegida – AFP
- Associação Metareilá
- Associação Mico-Leão-Dourado – AMLD
- Associação Movimento Mecenass da Vida – Movimento Mecenass da Vida
- Associação Onça D’água de Apoio a Unidades de Conservação do Tocantins
- Associação Instituto Araguaia de Proteção Ambiental e Naturatins
- Associação para a Conservação das Aves do Brasil – SAVE BRASIL
- Associação para a Proteção da Mata Atlântica do Nordeste – AMANE
- Associação Plantas do Nordeste – APNE
- Associação Técnico Científica Ernesto Luiz Oliveira Júnior – ATECEL
- Caipora Cooperativa para Proteção e Conservação dos Recursos Naturais
- CEAPS – Centro de Estudos Avançados de Promoção Social e Ambiental

- Centro Brasileiro de Estudos em Ecologia de Estradas – CBEE/Fundação de Desenvolvimento Científico e Cultural – FUNDECC
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico – SABIÁ
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Cerrado – CEDAC
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico do Extremo Sul da Bahia – TERRA VIVA
- Centro de Estudos e Pesquisas para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia – CEPEDS
- Centro de Formação Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara
- Centro de Pesquisas Ambientais do Nordeste – Cepan
- Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata – CTA-ZM
- Centro Ecológico – CE
- Centro Vianei de Educação Popular – Associação Vianei de Cooperação e Intercâmbio no Trabalho, Educação, Cultura e Saúde – AVICITECS
- Comissão Ilha Ativa – CIA
- Conselho Juruti Sustentável – Conjus
- Conservação Internacional – CI-Brasil
- Cooperativa Mista de Agricultores Familiares, Extrativistas, Pescadores, Vazanteiros e Guias Turísticos do Cerrado – COOPCERRADO
- Crescente Fértil – Projeto Ambientais, Culturais e de Comunicação
- Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia – Cenargen
- Fundação Arthur Bernardes – Funarbe
- Fundação de Apoio à Pesquisa Agrícola – FUNDAG



REDE FUNBIO

- Fundação de Apoio a Pesquisa, Ensino e Extensão – FUNEP
- Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Institucional, Científico e Tecnológico da Universidade Estadual de Ponta Grossa – FAUEPG
- Fundação Eliseu Alves
- Fundação Espírito-Santense de Tecnologia – FEST
- Fundação Flora de Apoio à Botânica
- Fundação Getúlio Vargas – GV-CES
- Fundação Matutu
- Fundação Neotrópica do Brasil – FNB
- Fundação para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde – FIOTEC
- Fundação para o Desenvolvimento Sustentável da Terra Potiguar – FUNDEP
- Fundação Pró-Natureza – FUNATURA
- Fundação SOS Pró-Mata Atlântica
- Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá
- Iniciativa Verde
- Instituto Alto-Montana da Serra Fina
- Instituto Ambiental Brasil Sustentável – IABS
- Instituto Ambiente em Foco – IAF
- Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA
- Instituto Arapyaú de Educação e Desenvolvimento Sustentável
- Instituto Brasileiro de Pesquisas e Estudos Ambientais – Pró-Natura
- Instituto Centro de Vida – ICV
- Instituto de Apoio a Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável – Rede Terra
- Instituto de Ecologia Social Carnaúba – IESC
- Instituto de Permacultura e Ecovilas da Mata Atlântica – IPEMA
- Instituto de Pesquisas da Mata Atlântica – IPEMA
- Instituto de Pesquisas Ecológicas – IPÊ
- Instituto Floresta Viva
- Instituto Internacional de Educação do Brasil – IEB
- Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira – IDESC
- Instituto Pri-Matas para a Conservação da Biodiversidade – PRI-MATAS
- Instituto Pro Terra
- Instituto Raoni
- Instituto Semeia
- Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN
- Instituto Socioambiental – ISA
- Instituto Terra Brasilis
- Instituto Terra de Preservação Ambiental – ITPA
- Instituto Walden – Tempo, Homem e Natureza
- Instituto Xopotó para o Desenvolvimento Social, Econômico, Ambiental
- Instituto Ynamata de Desenvolvimento Sócio-Econômico e Conservação da Natureza
- Mater Natura – Instituto de Estudos Ambientais
- ONG Pátio das Artes: Pró-Mata
- Organização da Conservação de Terras do Baixo Sul – OCT
- Organização Sertaneja dos Amigos da Natureza – SOS SERTÃO
- Programa de Educação Ambiental – PREA
- Rede de Sementes do Cerrado
- Sociedade de Pesquisa em Vida Selvagem e Educação Ambiental – SPVS
- Sociedade Nordestina de Ecologia – SNE
- União Brasileira de Educação e Ensino – UBEE/Instituto Marista de Solidariedade – IMS
- WWF-Brasil

Foto capa: Du Zuppani